

Veículo: Blog do Thame	
Data: 03/10/2020	



Novo sistema da Sefaz-Ba facilita emissão da Nota Fiscal Avulsa

Um novo sistema que acaba de ser lançado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)** facilita a emissão da Nota Fiscal Avulsa (NFA) por qualquer pessoa, contribuinte do ICMS ou não, que precisar utilizar o serviço, disponível no www.sefaz.ba.gov.br, canal Carta de Serviços, Notas Fiscais, Nota Fiscal Avulsa. Podem emitir a NFA pessoas físicas, Microempreendedores Individuais (MEI), produtores rurais e pessoas jurídicas que não possuem inscrição estadual na Bahia.

No primeiro semestre de 2020, foram processadas no site da Sefaz-Ba mais de 237 mil solicitações de Notas Avulsas, o que representa uma média de 39,5 mil documentos fiscais por mês. Do total, 12,4 mil foram canceladas e 224,5 mil utilizadas. Entre as melhorias implementadas no sistema estão uma interface totalmente nova e mais amigável, com todas as informações necessárias disponibilizadas de forma mais acessível, e a capacidade de funcionar de maneira adequada nos principais navegadores de internet: Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. “A nova ferramenta tem também duas novas funções muito importantes que permitem ao próprio usuário gerar relatórios das Notas Fiscais Avulsas emitidas por ele e reimprimir qualquer NFA expedida anteriormente. No sistema anterior, caso precisasse de um relatório ou de reimprimir uma nota era preciso solicitar ao atendimento da Sefaz”, explica o gestor da NFA na Sefaz-Ba, Gerson Santos.

Em algumas regiões do estado, especialmente no interior, a emissão da Nota Fiscal Avulsa chega a representar 30% do total dos serviços demandados pelos contribuintes. Com o novo sistema, mais fácil de utilizar e com mais funcionalidades, a diretora de Atendimento da Fazenda Estadual, Ângela Durr, acredita que deverá diminuir a procura pelo atendimento presencial, temporariamente suspenso em função da pandemia de coronavírus, e pelo call center da Sefaz-Ba (0800 071 0071), para demandas relacionadas à NFA.

“Nosso objetivo é prestar um serviço de atendimento de excelência e o lançamento desse novo sistema vem totalmente ao encontro dessa meta. Como consequência, dúvidas relacionadas à Nota Fiscal Avulsa irão diminuir, e poderemos responder de forma ainda mais ágil outras solicitações dos contribuintes”, explica.

Como emitir a NFA

Agora ficou mais fácil emitir a NFA: após acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, Canal Notas Fiscais/Nota Fiscal Avulsa, basta clicar no link que dá acesso ao sistema. Caso o contribuinte ainda não possua a senha, poderá solicitá-la acessando o canal “Senha de Serviços Sefaz”, que fica na página principal do www.sefaz.ba.gov.br. Poderão ser emitidas notas fiscais de mercadorias isentas ou tributadas, sujeitas ou não à pauta fiscal. Caso haja ICMS a pagar, o sistema emitirá automaticamente o

Documento de Arrecadação Estadual (DAE). A respectiva Nota Fiscal Avulsa só será impressa após pagamento do DAE na rede bancária. Pessoas físicas podem também precisar emitir a NFA, por exemplo, para transportar uma mudança, especialmente para outros estados, ou então quando quiserem levar uma mercadoria para o exterior.

Serviços no site

Em função da pandemia de coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a Sefaz-Ba realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial. Com isso, o site www.sefaz.ba.gov.br passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail. Para obter mais informações, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão” e escolher a opção desejada. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Veículo: Site Farol News	
Data: 03/10/2020	



Novo sistema da Sefaz-Ba facilita emissão da Nota Fiscal Avulsa

out 3, 2020 | [Economia](#)



Um novo sistema que acaba de ser lançado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)** facilita a emissão da Nota Fiscal Avulsa (NFA) por qualquer pessoa, contribuinte do ICMS ou não, que precisar utilizar o serviço, disponível no www.sefaz.ba.gov.br, canal Carta de Serviços, Notas Fiscais, Nota Fiscal Avulsa. Podem emitir a NFA pessoas físicas, Microempreendedores Individuais (MEI), produtores rurais e pessoas jurídicas que não possuem inscrição estadual na Bahia. No primeiro semestre de 2020, foram processadas no site da Sefaz-Ba mais de 237 mil solicitações de Notas Avulsas, o que representa uma média de 39,5 mil documentos fiscais por mês. Do total, 12,4 mil foram canceladas e 224,5 mil utilizadas. Entre as melhorias implementadas no sistema estão uma interface totalmente nova e mais amigável, com todas as informações necessárias disponibilizadas de forma mais acessível, e a capacidade de funcionar de maneira adequada nos principais navegadores de internet: Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. “A nova ferramenta tem também duas novas funções muito importantes que permitem ao próprio usuário gerar relatórios das Notas Fiscais Avulsas emitidas por ele e reimprimir qualquer NFA expedida anteriormente. No sistema anterior, caso precisasse de um relatório ou de reimprimir uma nota era preciso solicitar ao atendimento da Sefaz”, explica o gestor da NFA na Sefaz-Ba, Gerson Santos.

Em algumas regiões do estado, especialmente no interior, a emissão da Nota Fiscal Avulsa chega a representar 30% do total dos serviços demandados pelos contribuintes. Com o novo sistema, mais fácil de utilizar e com mais funcionalidades, a diretora de Atendimento da Fazenda Estadual, Ângela Durr, acredita que deverá diminuir a procura pelo atendimento presencial, temporariamente suspenso em função da pandemia de coronavírus, e pelo call center da Sefaz-Ba (0800 071 0071), para demandas relacionadas à NFA. “Nosso objetivo é prestar um serviço de atendimento de excelência

e o lançamento desse novo sistema vem totalmente ao encontro dessa meta. Como consequência, dúvidas relacionadas à Nota Fiscal Avulsa irão diminuir, e poderemos responder de forma ainda mais ágil outras solicitações dos contribuintes”, explica.

Como emitir a NFA

Agora ficou mais fácil emitir a NFA: após acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, Canal Notas Fiscais/Nota Fiscal Avulsa, basta clicar no link que dá acesso ao sistema. Caso o contribuinte ainda não possua a senha, poderá solicitá-la acessando o canal “Senha de Serviços Sefaz”, que fica na página principal do www.sefaz.ba.gov.br. Poderão ser emitidas notas fiscais de mercadorias isentas ou tributadas, sujeitas ou não à pauta fiscal. Caso haja ICMS a pagar, o sistema emitirá automaticamente o Documento de Arrecadação Estadual (DAE). A respectiva Nota Fiscal Avulsa só será impressa após pagamento do DAE na rede bancária. Pessoas físicas podem também precisar emitir a NFA, por exemplo, para transportar uma mudança, especialmente para outros estados, ou então quando quiserem levar uma mercadoria para o exterior.

Serviços no site

Em função da pandemia de coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a Sefaz-Ba realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial. Com isso, o site www.sefaz.ba.gov.br passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail. Para obter mais informações, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão” e escolher a opção desejada. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Veículo: Site Diário em Foco	
Data: 02/10/2020	



Novo sistema da Sefaz-BA facilita emissão da Nota Fiscal Avulsa

Um novo sistema que acaba de ser lançado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)

02/10/2020 09h28

Um novo sistema que acaba de ser lançado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)** facilita a emissão da Nota Fiscal Avulsa (NFA) por qualquer pessoa, contribuinte do ICMS ou não, que precisar utilizar o serviço, disponível no www.sefaz.ba.gov.br, canal Carta de Serviços, Notas Fiscais, Nota Fiscal Avulsa. Podem emitir a NFA pessoas físicas, Microempreendedores Individuais (MEI), produtores rurais e pessoas jurídicas que não possuem inscrição estadual na Bahia.

No primeiro semestre de 2020, foram processadas no site da Sefaz-Ba mais de 237 mil solicitações de Notas Avulsas, o que representa uma média de 39,5 mil documentos fiscais por mês. Do total, 12,4 mil foram canceladas e 224,5 mil utilizadas.

Entre as melhorias implementadas no sistema estão uma interface totalmente nova e mais amigável, com todas as informações necessárias disponibilizadas de forma mais acessível, e a capacidade de funcionar de maneira adequada nos principais navegadores de internet: Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer. “A nova ferramenta tem também duas novas funções muito importantes que permitem ao próprio usuário gerar relatórios das Notas Fiscais Avulsas emitidas por ele e reimprimir qualquer NFA expedida anteriormente. No sistema anterior, caso precisasse de um relatório ou de reimprimir uma nota era preciso solicitar ao atendimento da Sefaz”, explica o gestor da NFA na Sefaz-Ba, Gerson Santos.

Em algumas regiões do estado, especialmente no interior, a emissão da Nota Fiscal Avulsa chega a representar 30% do total dos serviços demandados pelos contribuintes. Com o novo sistema, mais fácil de utilizar e com mais funcionalidades, a diretora de Atendimento da Fazenda Estadual, Ângela Durr, acredita que deverá diminuir a procura pelo atendimento presencial, temporariamente suspenso em função da pandemia de coronavírus, e pelo call center da Sefaz-Ba (0800 071 0071), para demandas relacionadas à NFA.

“Nosso objetivo é prestar um serviço de atendimento de excelência e o lançamento desse novo sistema vem totalmente ao encontro dessa meta. Como consequência, dúvidas relacionadas à Nota Fiscal Avulsa irão diminuir, e poderemos responder de forma ainda mais ágil outras solicitações dos contribuintes”, explica.

Como emitir a NFA

Agora ficou mais fácil emitir a NFA: após acessar a Carta de Serviços ao Cidadão, Canal Notas Fiscais/Nota Fiscal Avulsa, basta clicar no link que dá acesso ao sistema. Caso o contribuinte ainda não possua a senha, poderá solicitá-la acessando o canal “Senha de Serviços Sefaz”, que fica na página principal do www.sefaz.ba.gov.br

Poderão ser emitidas notas fiscais de mercadorias isentas ou tributadas, sujeitas ou não à pauta fiscal. Caso haja ICMS a pagar, o sistema emitirá automaticamente o Documento de Arrecadação Estadual

(DAE). A respectiva Nota Fiscal Avulsa só será impressa após pagamento do DAE na rede bancária. Pessoas físicas podem também precisar emitir a NFA, por exemplo, para transportar uma mudança, especialmente para outros estados, ou então quando quiserem levar uma mercadoria para o exterior.

Serviços no site

Em função da pandemia de coronavírus e da declaração de situação de emergência em toda a Bahia, a Sefaz-Ba realizou a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial. Com isso, o site www.sefaz.ba.gov.br passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes. Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail.

Para obter mais informações, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão” e escolher a opção desejada. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Veículo: Rádio Santa Cruz AM Ilhéus	
Data: 02/10/2020	Programa: Jorge Raposo
Assunto: Novo sistema da <u>Secretaria da Fazenda da Bahia</u> facilita emissão da nota fiscal avulsa por qualquer pessoa contribuinte do ICMS ou não.	

Data: 02/10/2020

Hora: 09:58

Duração: 00:42

Emissora: RÁDIO SANTA CRUZ 1090 AM Ilhéus

Programa: JORGE RAPOSO

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Novo sistema da **Secretaria da Fazenda da Bahia** facilita emissão da nota fiscal avulsa por qualquer pessoa contribuinte do ICMS ou não.

A TARDE

A coisa lá tá Ford

A situação da Ford na Bahia vai de mal a pior. Desde antes da pandemia que demissões já vinham sendo feitas, bem como a redução de projetos que garantem a permanência da fábrica no Estado. Com a Covid, o cenário só agravou. A cada anúncio feito pela empresa, vem uma perspectiva nada animadora para os trabalhadores do complexo. A última, anunciada no dia 28, informou sobre o Programa de Demissão Voluntária (PDV) voltado para os empregados da área de produção. Os pátios estão cheios e o mercado ainda não responde. Sem produção, sem carros. Sem carros, aliás, o que há de se esperar da Ford? Nos corredores da fábrica só restam os suspiros de preocupação, sem saber o que aguardar dos próximos dias.

A TARDE

RECUPERAÇÃO Único requisito é estar adimplente com as obrigações tributárias junto ao município. Benefício dispensa a necessidade de contrapartidas

Desconto de 40% no IPTU irá beneficiar atividades hoteleiras

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 24.9.2020

DA REDAÇÃO

Uma das medidas para reaquecer o setor turístico de Salvador é voltada para os estabelecimentos que prestam atividades de hotelaria e hospedagem. O prefeito ACM Neto sancionou a lei, aprovada na Câmara no pacote elaborado pelo Executivo de incentivos fiscais para diversos setores nesse momento de crise sanitária, que estabelece o desconto de 40% no IPTU de 2021 para estabelecimentos inseridos no Programa Especial de Incentivos Fiscais à Atividade Turística (Proturismo).

O benefício será aplicado dispensando a necessidade, prevista em lei anterior, de

efetuar contrapartidas exigidas pelo programa em 2020, a exemplo do investimento em equipamentos ou capacitação de funcionários. O único requisito é estar adimplente com as obrigações tributárias junto ao município.

"O abatimento no IPTU para empreendimentos com situação fiscal regularizada no município foi um dos pedidos do trade turístico. Felizmente, fomos atendidos pela Prefeitura", destaca o presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA), Sílvio Pessoa.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - Bahia (Abih-BA), Luciano Lopes, a alteração no Proturismo é uma "medida atraente". "O IPTU é uma das maiores des-



Incentivo do Proturismo visa auxiliar na retomada

pesas físicas dos hotéis. Poder obter 40% de desconto no imposto é um dos incentivos necessários para a retomada do segmento".

Estímulo

O Proturismo tem prazo de validade de quatro anos, de 2020 até 2023, e foi criado pelo Executivo municipal com intuito de estimular a modernização e a melhoria da qualidade dos serviços prestados por hotéis, motéis, pousadas e hospedagens. Na sua concepção, o programa concede até 40% do IPTU para o negócio do ramo que investisse em três vertentes.

Uma delas é na requalificação da infraestrutura, como obras de construção civil, serviços de engenharia, arquitetura e decoração, compra de mobiliário, máquinas e equipamentos.

As outras duas contrapartidas dizem respeito à aplicação de recursos na qualificação de funcionários e, por fim, se o estabelecimento registrar aumento na taxa de ocupação de um ano para o outro.

Na prática, o percentual de abatimento depende do atendimento das contrapartidas requeridas no ano anterior ao do IPTU devido. Só que, como o setor de hospedagem registrou déficits no faturamento a partir de março, a Prefeitura entendeu a inviabilidade dos espaços de realizar qualquer tipo de investimento e a impossibilidade de ampliar a taxa de ocupação.

A partir de 2021, prevalecerão as mesmas condições exigidas no programa para obtenção dos descontos nos IPTU devido nos exercícios de 2022 e 2023.

Adesão

O pedido de adesão ao Proturismo é realizado junto à Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), com preenchimento de dados cadastrais atualizados do requerente e do imóvel. A solicitação ocorre até 31 de outubro. De acordo com a Sefaz, atualmente 35 processos foram aprovados e 11 estão em análise.

Cinquenta e três empreendimentos já foram beneficiados pelo programa. Para obter informações adicionais sobre o Proturismo, o interessado deverá enviar e-mail para o atendemergencial@sefaz.salvador.ba.gov.br.

Dentro do plano de retomada do turismo, a Prefeitura inaugurou no início de agosto o Centro de Recuperação do Turismo (CRT). A estrutura fica no Hub Salvador, no Comércio, e oferece serviços e consultorias para empresas.

O equipamento, primeiro do tipo no Brasil, está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult) e tem auxiliado o setor, inclusive ajudando a viabilizar crédito junto a instituições bancárias.

A Secult também realizou campanhas com objetivo de posicionar Salvador como destino turístico seguro, a exemplo da "Vem meu Amor", lançada em 27 de setembro, Dia Mundial do Turismo, durante o evento Abav Collab, no Centro de Convenções Salvador.

A TARDE**Agro**
A TARDE JOSÉ LUIZ TEJON**UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO**atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

O que é que o algodão da Bahia tem? É o melhor do mundo

O Brasil tem muita coisa para ser aperfeiçoada. Lógico. Mas tem também coisas extraordinárias que precisam desvendar. O Brasil tem o melhor algodão do mundo, e na Bahia temos o exemplo vivo desse sucesso. Conversei com o presidente da Abapa, associação baiana dos produtores de algodão, vice-presidente da Abrapa, associação brasileira dos produtores de algodão, o Júlio César Busato, que planta em São Desidério.

A história do algodão no Brasil é um daqueles exemplos que devem ser imita-

dos, quando, pelo diálogo e integração de todos os elos dessa cadeia produtiva passamos a ser admirados globalmente.

No passado, a praga do bico acabou com o setor. E o "cottonbusiness" foi reconstruído sob ciência e inovação dos produtores, que se transformaram também em indústria com processamento da pluma nas instalações. Busato adicionou que há um ótimo diálogo entre produtores e indústria do algodão, a associação brasileira da indústria têxtil, e com a associação nacional

dos exportadores de algodão.

Mas o que surpreende é, exatamente após grave crise na cotonicultura brasileira,

ela ressurgir fazendo o dobro da produtividade obtida pelo maior concorrente, os EUA, e sendo, hoje, o melhor algodão do mundo em qua-

lidade. O mais famoso do planeta é o Egípcio. São milênios de fama. Porém, em um produto egípcio, hoje, a maior parte é do algodão brasileiro importado.

O setor algodoeiro da Bahia significa 1/3 do PIB do oeste, e já inicia um desenvolvimento também no sudoeste do estado.

A Abapa atua preventivamente no controle do bico com técnicos próprios e visitação permanente dos campos. Tem um centro de treinamento exclusivo preparando mão de obra, operadores capacitados.

Oferece uma patrulha mecanizada para consertar estradas vicinais. Tem laboratórios de análises de fibras para assegurar credibilidade aos clientes. E assessoria de comunicação.

Busato, com entusiasmo me diz: "A Bahia pode se orgulhar do que os produtores têm feito, e que nós temos a melhor produtividade de algodão não irrigado do mundo". Então, agora, só falta uma propaganda competente para fazer jus ao nosso melhor algodão do mundo. Sem dúvida: "Eu sou de algodão", e a Bahia também.

A história do algodão no País é um daqueles exemplos que devem ser imitados

O setor gera 1/3 do PIB do oeste baiano e já inicia também crescimento no sudoeste

A TARDE

MIRIAM HERMES

Drones, softwares, equipamentos sofisticados e máquinas com tecnologia de ponta são cada vez mais comuns também nas atividades rurais da Bahia, desde o planejamento de safra até a comercialização e escoamento da produção.

Embora essa realidade ainda não seja possível em todas as propriedades rurais, os novos empreendimentos, principalmente de grande porte, já contam com este aparato, que dinamiza o processo e aumenta a produtividade com utilização de menos recursos naturais.

Chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, Sílvia Massruhá sintetiza a fase atual dizendo que "vivemos a terceira onda da informação, com a 'Internet das coisas', integrando os conhecimentos das mais diversas áreas em benefício de determinados segmentos".

Ela explicou que a primeira onda foi a chegada da internet e a segunda onda a internet móvel. E, como resultado da constante evolução do conhecimento, a agricultura 4.0 é uma realidade no campo que chega depois da agricultura de precisão, lançada há cerca de 20 anos e que já utilizava as 'novas tecnologias' na área rural, como computadores de bordo.

Conforme Massruhá, um dos principais gargalos para a utilização de todos os recursos da área em maior escala é a conectividade no campo. "O desafio é o sinal chegar na sede das fazendas, considerando que nem todos tem capacidade de investimento", afirmou ressaltando que o Brasil está se esforçando para ampliar as áreas de cobertura e a disseminação de tecnologia na área rural.

A Embrapa Informática Agropecuária foi criada há 35 anos para pensar a agropecuária 'do futuro'. É um dos 43 centros de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária distribuídos pelo País, com a função de maximizar a produção nacional.

Para a pesquisadora as tecnologias permitem ainda o processo de rastreabilidade,



Produtor usa drone para acompanhar área de plantio

Joana Silva / Embrapa

que guardam as informações sobre a produção em cada talhão da fazenda, já não são mais novidade. Entre os novos 'brinquedos' o drone é um elemento que está em uso crescente também no campo.

"Com o drone o produtor acompanha a eficácia da aplicação dos insumos através das imagens captadas em sobrevoo da área", disse o assessor de agronegócio da Associação dos Produtores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Stahlke, ressaltando que "já estão estudando um modo de interpretar também ataques de pragas".

Na irrigação os sensores ficam no solo e transmitem informações para um aplicativo, "indicando as condições de umidade e regulando automaticamente a vazão da água", afirmou Luiz Stahlke, acrescentando que a principal vantagem deste sistema "é a otimização dos recursos naturais".

Ele citou outro exemplo, explicando que através do celular, de um lugar remoto, é possível controlar as funções de um pivô de irrigação e destacou que o fator limitante ainda é a cobertura de internet, que chega nas fazendas via rádio ou por satélite, de

AGRONEGÓCIO Equipamentos são usados para atividades que vão do planejamento até o escoamento da produção

Produtores rurais baianos adotam tecnologia de ponta

onde é distribuída na propriedade em redes internas.

Conforme o secretário de Agricultura Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri), Lucas Costa, entre outras atividades da pasta que utilizam as novas tecnologias, "a Adab tem usado drones, por exemplo, na fiscalização de lavouras, ampliando o alcance das equipes com resultados muito positivos".

Com foco nas pequenas propriedades de agricultura familiar, a Secretaria estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) também emprega drones em ações de regularização fundiária no processo de georreferenciamento dos imóveis rurais, visando a emissão do título de terra.

Para aproximar pequenos produtores de fornecedores, a Solução Online de Licitação (Sol) foi lançada pela SDR facilitando acesso de organizações produtivas a fornecedores de bens e serviços. Outro facilitador são as plataformas de e-commerce, que ganharam destaque desde o início da pandemia, permitindo a oferta de produtos nas plataformas digitais, reduzindo o contato presencial neste processo.



Lilian Alves / Embrapa

A TARDE

FLEXIBILIZAÇÃO Prefeito pretende se reunir com o governador para discutir retomada das aulas

Horário de funcionamento de shoppings e lojas de rua é ampliado

BRUNO BRITO*

O prefeito ACM Neto (DEM) anunciou, na manhã de ontem, a ampliação de horários de funcionamento de shopping centers, comércio de rua acima de 200 metros, bares e restaurantes, e a flexibilização do horário de funcionamento do Mercado Modelo, cursos livres e clubes sociais.

O prefeito disse que é o momento de começar a discutir a retomada das aulas. Segundo ele, haverá, nos próximos dias, uma reunião com o governador Rui Costa (PT) para tratar do assunto. ACM Neto sinalizou também a possibilidade de continuar flexibilizando o uso das praias.

No caso de shopping centers e centros comerciais, o funcionamento será entre 11h e 21h, com ampliação das vagas de estacionamento, que poderá ser utilizado em 100% da sua capacidade todos os dias da semana. Antes, o funcionamento desses espaços era das 12h às 20h, com apenas 50% das vagas. "As medidas de segurança nos shoppings, contudo, continuam as mesmas", explicou.

No comércio de rua, os espaços acima de 200 metros terão horários de funcionamento também ampliados, sendo das 10h às 20h de se-



Felipe Iruati / Ag. A TARDE

Shoppings poderão abrir entre 11h e 21h, com 100% das vagas de estacionamento

Final de semana será de observação do comportamento dos banhistas nas praias

gunda a sábado, e das 10h às 16h aos domingos, também com 100% das vagas de estacionamento disponibilizadas. Anteriormente, o funcionamento era de segunda a sábado, das 10h às 16h, e 50% das vagas.

Bares e restaurantes também vão poder ficar abertos até mais tarde, agora até

meia-noite, portanto, uma hora a mais. Os clientes só poderão entrar nos estabelecimentos até uma hora antes do fechamento e poderão sentar em grupos de até oito pessoas por mesa.

"O distanciamento entre as mesas não muda, nem a obrigatoriedade do uso da máscara toda vez que a pes-

soa se levantar da mesa. As regras de higienização continuam as mesmas", disse.

Clubes sociais, bares e restaurantes podem abrir de segunda a sexta, das 6h às 22h; sábado, das 6h às 18h; e domingo, das 6h às 14h. Já nos cursos livres, foi permitida a redução da idade mínima dos frequentadores, caindo de 15 para 12 anos. O Mercado Modelo passa a funcionar aos domingos e feriados, das 10h às 16h.

De acordo com o prefeito ACM Neto, o recuo nos números relacionados à pandemia contribuiu para a decisão de ampliar as atividades. Isso porque entre os dias 20 e 26 de setembro, houve um recuo de 35% dos óbitos provocados pela doença, na comparação da média móvel registrada nos 14 dias anteriores.

Educação

Segundo o prefeito, a diminuição dos números da Covid-19 indicam que já é possível pensar na retomada das aulas. O prefeito pretende se reunir com o governador para tratar do assunto. "Acho que já é possível começar a construir uma perspectiva, com muitos cuidados, regras e prazos. Não tem nada certo ainda", disse.

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA RITA CONRADO

A TARDE

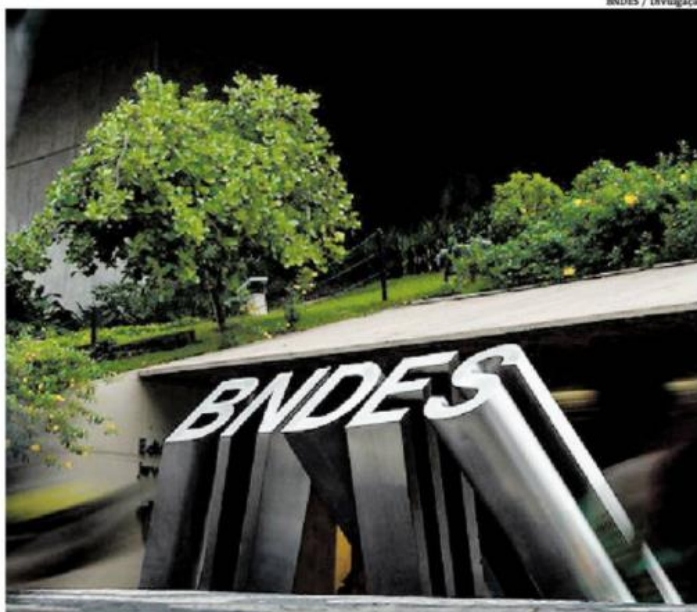
BANCOS Empresas de pequeno e médio portes terão acesso ao dinheiro pelo Programa Emergencial de Acesso a Crédito

Lei destina R\$ 20 bi para empréstimos

MARJORIE MOURA

A Lei nº 14.068/2020, promulgada pelo presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, e publicada ontem no Diário Oficial da União, abre crédito extraordinário de R\$ 20 bilhões para a União conceder garantia a empréstimos feitos por bancos, a empresas com receita bruta entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões, de pequeno e médio portes. Mas como só garante 80% do valor do empréstimo, faz com que os bancos mantenham a pesquisa de crédito.

O texto, originário da Medida Provisória (MP) 977/2020, foi aprovado da forma como foi editado pelo governo em junho. O dinheiro será usado para garantir empréstimos dentro do Programa Emergencial de Acesso a Crédito com o Fundo Garantidor de Investimentos (Faci-FGI), gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social vai gerenciar o dinheiro

O economista Vitor Lopes, gerente da unidade de projetos especiais, mercado e internacionalização do Sebrae-BA, explica que para ter acesso a esta modalidade de crédito, que garante aos bancos a cobertura parcial do valor do empréstimo, o empresário deve procurar um estabelecimento bancário que disponibilize esta linha. Como a garantia não é de 100%, e cada estabelecimento bancário tem seu ritmo de pesquisa, parte deles deve exigir uma alguma garantia.

Ele lembra a gravidade do momento econômico no país, destacando ainda que com o baixo valor da taxa Selic, deixou de ser, assim, interessante para os estabelecimentos bancários investirem no mercado financeiro. Vitor Lopes diz que a hora é de correr algum risco e investir no setor produtivo, garantindo que os recursos cheguem com mais facilidade a esse segmento empresarial.

Segundo o governo, o objetivo da lei é facilitar o crédito

para as pequenas e médias empresas afetadas pela crise econômica causada pela pandemia de Covid-19. É que, diante deste quadro de incertezas, os modelos de risco das instituições financeiras não conseguem prever as taxas de inadimplência, e, assim, elas recuam na concessão de empréstimos a empresas, sobretudo de menor porte.

“Os modelos de risco adotados pelas instituições financeiras não são suficientemente precisos na previsão de taxas de inadimplência nesses próximos meses, levando a posturas conservadoras na concessão de crédito, especialmente para empresas de menor porte, devido à ausência de histórico de crédito, maior risco e custo transacional mais elevado”, justificou o governo, ao publicar a MP.

Além das pequenas e médias empresas, poderão ter acesso ao financiamento com garantia associações, fundações de direito privado e sociedades cooperativas, exceto as de crédito.

Sancionada lei que dá desconto de 40% no IPTU para hotelaria

2021

é para quando vale o benefício, direcionado a quem é do Proturismo e está adimplente com as obrigações tributárias junto ao município

53

estabelecimentos já foram beneficiados pelo Proturismo, com adesão até 31/10

INCENTIVO O prefeito ACM Neto sancionou a lei que estabelece o desconto de 40% no IPTU de 2021 para estabelecimentos inseridos no Programa Especial de Incentivos Fiscais à Atividade Turística (Proturismo). A informação foi divulgada ontem. A lei tinha sido aprovada pela Câmara Municipal como parte do pacote de incentivos fiscais elaborado pelo Executivo durante a crise sanitária provocada pela covid-19.

O objetivo da medida é reaquecer o setor turístico, um dos mais afetados pela pandemia. Para conseguir o benefício, não será mais necessário oferecer as contrapartidas exigidas pelo programa em 2020, a exemplo do investimento em equipamentos ou capacitação de funcionários - como era previsto pela lei anterior. De acordo com a prefeitura, o único requisito é estar adimplente com as obrigações tri-

butárias junto ao município.

A partir de 2021, prevalecerão as mesmas condições exigidas no programa - ou seja, com emprego de contrapartidas - para obtenção dos descontos no IPTU devido nos exercícios de 2022 e 2023, como era antes do período da pandemia.

Para representantes de entidades ligadas ao trade turístico de Salvador, a iniciativa deve trazer fôlego à hotelaria da cidade: "O abatimento no IPTU para empreendimentos com situação fiscal regularizada no município foi um dos pedidos do trade turístico. Felizmente, fomos atendidos pela Prefeitura", diz o presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (Febha), Silvío Pessoa.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih-BA), Luciano Lopes, classificou a alteração no Proturismo como uma

"medida atraente". "O IPTU é uma das maiores despesas físicas dos hotéis. Poder obter 40% de desconto no imposto é, com certeza, um dos incentivos necessários para a retomada do segmento".

O Proturismo tem prazo de validade de quatro anos, de 2020 até 2023. O programa foi criado pela Prefeitura para estimular a modernização e a melhoria da qualidade dos serviços prestados por hotéis, motéis, pousadas e hospedagens na capital.

O pedido de adesão ao Proturismo é realizado junto à Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), com preenchimento de dados cadastrais atualizados do requerente e do imóvel. A solicitação ocorre até 31 de outubro. De acordo com a Sefaz, atualmente 35 processos foram aprovados e 11 estão em análise.

Cinquenta e três empreendimentos já foram beneficiados pelo programa. Para obter informações adicionais sobre o Proturismo, o interessado deverá enviar e-mail para o atendemergencial@sefaz.salvador.ba.gov.br.

Para a retomada do turismo na cidade, a Prefeitura inaugurou, em agosto, o Centro de Recuperação do Turismo (CRT), realizou campanhas e capacitou mais de 7 mil profissionais.

ECONOMIA

Reabertura em andamento para 75% dos pequenos negócios

PESQUISA Os pequenos negócios têm se organizado cada vez mais para retomar as atividades paralisadas por conta da pandemia do coronavírus. É o que mostra a 7ª edição da pesquisa de impacto da covid-19 sobre as pequenas empresas, realizada pelo Sebrae. Os números mostram que 75% dos empresários informaram que seus municípios estavam em processo de abertura. A 6ª edição da pesquisa havia mostrado que esse processo estava em andamento para 53% dos entrevistados.

Apesar dos desafios, em meio a um processo de retomada, os donos de pequenos negócios já apontam alguma recuperação do faturamento. Na 6ª edição da pesquisa, 89% dos empresários tinham registrado redução média de 60% do faturamento. Já na 7ª edição, 77% informaram uma redução média de 40%.

O Sebrae também mostra

têm recorrido cada vez mais à tecnologia. Os números revelam que a busca pela digitalização deixou de ser uma tendência e se tornou realidade para 66% dos entrevistados. Entre as diferentes plataformas, a versão comercial do Whatsapp é a ferramenta digital mais procura-

da. A pesquisa apontou ainda que 46% dos empresários já usavam o aplicativo antes da crise e que 12% aderiram a esse sistema após a chegada da pandemia.

O Sebrae aponta que, dentre as mudanças definitivas, destaca-se a maior digitalização dos negócios. Em alguns segmentos, contudo, a transformação caracteriza-se por um modelo híbrido, com fortalecimento de experiências presenciais e o intenso uso de canais online em vendas e relacionamento com o mercado.

Hoje, é celebrado o Dia da Micro e Pequena Empresa, em referência ao estatuto criado em 1999, que abriu caminho para a construção da Lei Geral, de 2006, e que estabeleceu normas para o tratamento diferenciado aos pequenos negócios. Na Bahia, são mais de 856 mil MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte - 98,2% do total de empresas registradas no estado.

66%

dos donos de pequenos negócios passaram a usar a tecnologia na pandemia

856 MIL

MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte estão registradas na Bahia

98,2%

das empresas do estado estão nesta categoria

Após atritos, Maia e Guedes marcam encontro

REAPROXIMAÇÃO Após mais uma semana de desavenças públicas, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, podem se encontrar hoje. Os dois foram convidados e devem ir a um jantar marcado por políticos e outras autoridades de Brasília, que tentam reaproximar os dois. Nos últimos dias, políticos próximos a Maia e Guedes têm se esforçado para aproximar os dois. O argumento para acalmar os ânimos é que as reformas econômicas precisam avançar e que o atrito entre o titular da Economia e o presidente da Câmara só piora a situação. Nas palavras de um interlocutor, as desavenças entre Maia e Guedes representam um cenário de “perde-perde”, já que a agenda econômica e as reformas podem travar com eles rompidos. A tentativa de reaproximação entre Maia e Guedes foi articulada neste sábado. A ideia partiu dos senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Kátia Abreu (PP-TO), que se encontraram na casa de Maia. O argumento deles também é de que os dois são reformistas e compartilham a mesma ideologia liberal. Também participaram da reunião, segundo interlocutores, os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas e Vital do Rêgo. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) teria participado das conversas por telefone. Nesta semana, Maia reagiu nas redes sociais após informações de que a reforma tributária fora adiada. “Por que Paulo Guedes interditou o debate da reforma tributária?”, provocou Maia. No dia seguinte, o ministro citou boatos de que Maia teria feito um acordo com a esquerda para não pautar as privatizações.

Mais*

FUNCIONÁRIOS DA BAHIATURSA MOVERAM AÇÃO PORQUE PLANO DE SALÁRIOS NÃO FOI CUMPRIDO

Marcela Villar*

REPORTAGEM
marcela.villar@redetbahia.com.br

Quem passa pelo antigo Centro de Convenções da Bahia, na Boca do Rio, em Salvador, deve se perguntar: por que esse lugar demora tanto a ter um destino? O imóvel desabou há mais de quatro anos, em 2016, e, desde 2017, o estado promete leiloá-lo. Mas, o Centro de Convenções está em processo de penhora pela Justiça para quitar uma dívida milionária com mais de 160 ex-funcionários da Bahiatursa. A ação já se arrasta há 11 anos.

A dívida estadual, hoje, ultrapassa R\$ 49 milhões. Ela existe porque o estado não cumpriu, de 1990 a 2008, o Plano de Cargos e Salários de mais de 160 funcionários da empresa. O acordo de promoções salariais estipulava um aumento de 6,03% a cada dois anos, o que não aconteceu.

O reajuste incidiria também sobre o FGTS, 13º e férias, e muitos dos funcionários que tinham direito foram admitidos na década de 1980 - ao menos 15 já morreram e os herdeiros aguardam a quantia.

Djalma Santana, 45 anos, é um desses herdeiros, junto com os seis irmãos. O pai deles, Jaime Santana, trabalhava para a Bahiatursa como motorista e morreu antes de ver o dinheiro cair na conta.

"Meu pai trabalhou 35 anos na Bahiatursa e nunca recebeu aumento. Sempre enrolavam dizendo que iam aumentar o salário, mas foram tapeando. Tudo depende da lei dos homens e a gente tá esperando receber", afirma.

11 ANOS DE TRAMITAÇÃO

O processo tramita na Justiça desde 2009 e a Bahiatursa já foi condenada. Porém, a sentença não foi executada porque a Procuradoria Geral do Estado (PGE), que defende o estado, não concorda com o valor e pede novo cálculo.

Atualmente, o processo está em nova fase de perícia contábil, para definir quanto cada funcionário irá receber. É o terceiro cálculo, segundo o advogado que representa o Sindicato dos Empregados em Empresas de Turismo do Município de Salvador (SETS), Pedro Ferreira.

O atual perito contábil disse à reportagem que o novo valor está sob sigilo e que não foi finalizado. O advogado do



WARCOS CASE/ DIVULGAÇÃO

Destino ameaçado por dívida

Centro de Convenções está em processo de penhora para quitar ação trabalhista milionária contra o estado

A penhora do Centro de Convenções da Bahia foi expedida pela Justiça da Bahia em 23 de novembro de 2016

O imóvel, próximo à orla da Boca do Rio, desabou parcialmente em setembro de 2016; o prédio estava em reforma



MIRIANA SILVA/ARQUIVO CORREIO

●● Meu pai trabalhou 35 anos na Bahiatursa e nunca recebeu aumento. Sempre enrolavam dizendo que iam aumentar. É direito da gente Djalma Santana

45 anos, herdeiro de um dos funcionários

●● A PGE buscará reverter a decisão que determinou o arresto, tendo em vista que se trata de bem público Procuradoria Geral do Estado

Em nota

sindicato, no entanto, afirmou que cada servidor deveria receber de R\$ 300 mil a R\$ 400 mil. O valor total pode ultrapassar R\$ 50 milhões.

CELERIDADE

O advogado do SETS explicou que a maioria dos trabalhadores é de idosos, por isso querem celeridade na execução da sentença. Eles tentam negociar um valor aceitável com o estado, para retirar a penhora - o prédio está arrestado, uma fase antes da penhora - e emitir os precatórios (que reconhecem dívida judicial do poder público).

Mas, na última audiência de mediação, em abril de 2018, o representante do estado não apareceu. "As pessoas querem resolver e ficar com o precatório, porque elas não podem ficar esperando", cobra. O advogado do sindicato acredita que não haverá compradores para o imóvel enquanto a questão judicial não for resolvida.

A PGE informou que "ainda não houve decisão judicial sobre o valor do crédito dos reclamantes" e que "buscará reverter a decisão que determinou o arresto do Centro de Convenções, tendo em vista que se trata de bem público que, por força de lei, é impenhorável. O pagamento de qualquer crédito neste processo somente pode ser realizado por precatório", diz nota.

O diretor da Secretaria da 34ª Vara do Trabalho de Salvador, Manoel Evangelista Neto, explicou à reportagem que, quando o processo de penhora foi iniciado, a Bahiatursa ainda era uma empresa de capital misto e não um bem público. A Bahiatursa disse que não podia se posicionar porque desde 2016 é superintendência e não empresa.

*COM SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

49 MILHÕES
de reais é o valor atual da dívida, que está sendo recalculada pela 3ª vez

Após crítica, Guedes chama Marinho de 'desleal e fura-teto'

CHOQUE DE MINISTROS Após ser criticado pelo ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o colega é "despreparado, desleal e fura-teto". "Não acredito que Marinho falou mal de mim. Se falou mal, isso mostra que ele, em primeiro lugar, é despreparado, além de desleal e fura-teto", disse Guedes na sexta-feira à noite, ao chegar à sede da pasta, após reunião no Planalto.

Guedes se reuniu no mesmo dia com o diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), Afonso Bevilacqua. O ministro disse que, após o encontro, voltará a falar com a imprensa sobre

essa polêmica com Marinho.

Segundo o Estadão, mais cedo, o ministro do Desenvolvimento não havia poupado críticas ao titular da Economia, durante teleconferência fechada da Ativa Investimentos com agentes do mercado. À fontes que participaram do encontro, ele teria dito que o Renda Cidadã sai por bem ou por mal.

"A gente está tentando fazer da melhor forma possível. Estamos tentando manter o teto, mas há pressão para flexibilização", teria dito Marinho. O teto de gastos é a regra constitucional que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

De acordo com Marinho,

que é um dos ministros mais próximos do presidente Jair Bolsonaro, foi Guedes quem propôs usar precatórios (pagamentos devidos pela União depois de condenações na Justiça) e parte dos recursos do Fundeb, que financia a educação, para

●● Deve ser a opinião dele. O Marinho é bem informado e deve entender muito mais de política que eu Paulo Guedes

Ministro da Economia, ao rebater declarações do colega sobre o Renda Cidadã

bancar o Renda Cidadã.

"Não haverá proposta do governo. Seria do Ministério da Economia, mas depois do que foi feito, você acha que o Bittar (senador Márcio Bittar, MDB-AC), relator da PEC emergencial, vai confiar na Economia?", teria questionado Marinho, referindo-se ao episódio em que Guedes veio a público, na última quarta-feira, negar que o uso dos precatórios para o Renda Cidadã estivesse em estudo.

As declarações de Marinho circularam nas mesas de operação de investidores e conversas de economistas e foram tidas como mais um evento do conflito entre os dois ministros. Em nota, Marinho disse que as informações sobre a reunião chegaram à imprensa "de maneira distorcida". Guedes havia dito ainda era visão pessoal de Marinho. "Deve ser a opinião dele. O Marinho é bem informado e deve entender muito mais de política do que eu", disse.

CLÁUDIO MARQUES/ESTADÃO CONTEÚDO

Ministro da Economia sobe o tom contra chefe da pasta de Desenvolvimento regional durante coletiva em Brasília



MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



PAULO GUEDES, QUE JÁ TEM MARINHO COMO DESAFETO, JOGOU GASOLINA NA FOGUEIRA

Bastidores de uma nova confusão

A confusão envolvendo os ministros Rogério Marinho e Paulo Guedes, ontem, começou na verdade na quarta-feira, com uma conversa entre o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, e investidores. Barros queria entender a reação negativa do mercado à proposta do uso de precatórios para financiar o Renda Cidadã e ouviu que, se o governo seguisse por esse caminho, o presidente Bolsonaro enfrentaria uma crise econômica tão severa quanto a que derrubou a presidente Dilma Rousseff. Rogério Marinho resolveu, então, ter o mesmo tipo de conversa para tentar, na visão dele, "acalmar" o mercado. Acabou colhendo o efeito contrário.

É preciso entender a razão para a desvalorização do ministro do Desenvolvimento, Rogério Marinho. Na quinta-feira, ele havia levado o presidente

Jair Bolsonaro ao interior de Pernambuco para a inauguração de uma adutora de água na pequena cidade de São José do Egito. Bolsonaro fez o que mais gosta: usou a festa preparada por Marinho para exercer a função de líder populista, contar piada e angariar votos. A aproximação entre os dois faz Marinho se sentir mais forte, a ponto de extrapolar funções de sua pasta e invadir território que seria do ministro da Economia.

Na reunião com economistas da Ativa Investimentos, Marinho teria dito que a ideia do uso de precatórios foi da equipe de Paulo Guedes. A ala econômica, por sua vez, bate o pé e diz que havia apenas estudos. Marinho também afirmou que Guedes tem a confiança do presidente Bolsonaro e que o governo mantém compromisso com a agenda fiscal. Mas afirmou que

A PROXIMIDADE COM BOLSONARO FAZ MARINHO SE SENTIR MAIS FORTE, A PONTO DE EXTRAPOLAR FUNÇÕES DE SUA PASTA

o ministro da Economia, apesar de entender de assuntos macroeconômicos, tem menos traquejo político e peca em detalhes na formulação de alguns projetos.

As versões do que Marinho disse circularam pelo mercado

e azedaram a bolsa. O ministro Paulo Guedes, que já tem Marinho como desafeto, jogou gasolina na fogueira e o chamou de "despreparado, desleal e furra-teto" caso fosse verdade. Mais tarde, voltou a público para tentar colocar panos quentes na discussão. Marinho também emitiu nota para negar que tenha sido descortês com Guedes.

No mercado financeiro, os economistas estão com as barbas e os investimentos de molho. Ainda é fresca na memória a crise provocada pela saída de Joaquim Levy, após disputa com o ministro Nelson Barbosa. Dilma optou por Barbosa em 2015, levando o país a uma forte desvalorização cambial. Os investidores temem que Guedes possa estar com os dias contados no governo e que Bolsonaro abraça de vez a agenda desenvolvimentista em que sempre acreditou durante seus mandatos como deputado federal.

GUEDES NÃO É MALAN

O episódio fez economistas lembrarem de uma disputa entre os ex-ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Clóvis Carvalho, do Desenvolvimento, no governo FH, em 1999. Carvalho

havia feito críticas à política econômica, e Malan, ao contrário de Guedes, não deu nenhuma declaração e costurou nos bastidores. Ao fim, conseguiu a demissão de Carvalho. Se Bolsonaro não é FH, Guedes também pouco é Pedro Malan. À noite, deu entrevista coletiva para dizer que "estamos falando de crise e confusão com a economia voltando".

INDÚSTRIA SE RECUPERA EM V

Falta pouco, mas a indústria praticamente superou as perdas da pandemia. Os indicadores de confiança da FGV também mostram que os empresários do setor estão mais otimistas, em parte pela desvalorização do real, que dificulta importações e ajuda exportações. Também pode haver dois efeitos de ações do governo. Os recursos do auxílio emergencial, que ajudaram o consumo, e as linhas de crédito, que favoreceram empresas maiores, mais comuns na indústria. Superado esse problema, volta-se ao anterior: falta de competitividade.

POR ALVARO GRIBEL (INTERINO). A COLUNISTA ESTÁ DE FÉRIAS.

Acordo de redução de jornada: 13º não deve ser cortado, diz Ministério

MEDIDA CONTRA CRISE A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho enviou uma consulta à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), responsável pelos pareceres jurídicos do Ministério da Economia, sobre como deve ser feito o pagamento do 13º salário a trabalhadores que tiveram jornada e salários reduzidos durante a calamidade provocada pela pandemia da covid-19. A intenção é eliminar qualquer insegurança jurídica sobre como deve ser feito o cálculo da gratificação natalina.

O entendimento da equipe econômica é que o 13º deve ser calculado sobre o salário integral, sem a redução. Mas, como a lei que criou a gratificação natalina prevê que a base é o salário de dezembro, há o temor de que

10,2 milhões de acordos de redução de jornada e salário foram assinados no Brasil até 25 de setembro

empresas com acordos em vigor no último mês do ano acabem pagando um valor menor, ou ainda, num caso extremo, que empregadores façam novos acordos apenas com o propósito de reduzir o salário extra anual.

O governo também quer evitar interpretações "alternativas" de que o valor do 13º deveria ser uma "média" do recebido no ano, lógica que só vale para funcionários que recebem por comissão. Até 25 de setembro, o governo registrou a realização de 10,2 milhões de acordos de redução de jornada e salário - daí a importância de garantir a segurança jurídica para esses trabalhadores e seus empregadores.

Na avaliação da área econômica, a lei que criou o programa emergencial para manutenção de empregos na crise da covid-19 é uma "legislação específica de crise" e não deve interferir em di-

reitos perenes dos trabalhadores. A própria Constituição coloca como direito o "décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria".

Outros 8 milhões de acordos foram de suspensão de contrato. Nesses casos, o entendimento dos técnicos é que vale a mesma regra do lay-off: o valor em si é calculado sobre o salário integral, mas os meses não trabalhados são descontados. Ou seja, uma pessoa que teve o contrato suspenso por quatro meses, por exemplo, receberá apenas dois terços do salário como 13º (o equivalente a 8 dos 12 meses). Acordos coletivos até podem prever regras específicas para o 13º, desde que mais vantajosas para o trabalhador.

A ideia da consulta surgiu na esteira das dúvidas dos próprios empregadores e trabalhadores.

CAIXA ABRE 770 AGÊNCIAS NESSE SÁBADO

PARA PAGAR AUXÍLIOS A Caixa Econômica Federal abrirá neste sábado (3) 770 agências para o pagamento a 9 milhões de beneficiários do auxílio emergencial e do saque emergencial do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O atendimento será das 8h às 12h. Não é preciso chegar antes do horário de abertura. Em comunicado, a Caixa esclarece que todas as pessoas que procurarem as agências durante o funcionamento serão atendidas. Os beneficiários do auxílio emergencial nascidos em maio - 4 milhões de pessoas - poderão sacar o benefício em dinheiro e os trabalhadores nascidos em junho - 5 milhões de pessoas - poderão retirar em espécie os valores referentes ao saque emergencial do FGTS.

DESEMPREGO VAI A 14,1%, SEGUNDO O IBGE

PNAD COVID-19 A taxa de desemprego no Brasil saiu de 13,7% na primeira semana de setembro para 14,1% na segunda semana do mês, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (Pnad Covid-19), divulgada nesta sexta (2/10), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O instituto avalia que o cenário foi de estabilidade na maioria dos indicadores do mercado de trabalho entre os dias 6 e 12 de setembro. "A população ocupada permaneceu estável, em 82,6 milhões de pessoas, após ter apresentado variações positivas nas últimas três semanas. A população desocupada também ficou estável", diz Maria Lucia Vieira, uma das responsáveis pelo estudo.

Veículo: Bocão News	Coluna: Política
Data: 02/09/2020	



Política

Governo Rui envia LOA 2021 para Assembleia Legislativa com previsão de orçamento de R\$ 49,3 bi



02 de Outubro de 2020 às 17:29 Por: **Divulgação** Por: **Pedro Vilas Boas** 0 comentários

O governo Rui Costa (PT) enviou a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2021 à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). No documento, a Secretaria estadual de Planejamento estima um orçamento de R\$ 49,3 bilhões para o próximo ano.

O valor apresentado pelo governo é 1,8% menor do que o previsto inicialmente, quando a LOA foi apresentada pelo secretário Walter Pinheiro em maio. Na ocasião, havia a expectativa do orçamento somar R\$ 50,2 bilhões.

A composição do orçamento proposto para 2021 está representada pelos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com R\$48,4 bilhões, ou seja, 98,2% dos recursos totais, distribuídos entre o Orçamento Fiscal com R\$32,4 bilhões e o Orçamento da Seguridade Social com R\$16 bilhões, com participação de 65,8% e 32,4%, respectivamente. O Orçamento de Investimento das Empresas, integrado pelas estatais não dependentes, totaliza R\$901,4 milhões e contribui com 1,8% do total orçado.

A secretaria também estima que o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia em 2021 alcance algo em torno de 2,5%.

Na apresentação da proposta, o governo ressalta o estado de pandemia pelo novo coronavírus e crise econômica causada pelas medidas de combate à covid-19. Porém, fundamenta a LOA na expectativa do mercado divulgada pelo Boletim Focus do Banco Central para o próximo ano converge para uma taxa de crescimento em torno de 3,5%.

Atividades

Nessa proposta estão destinados R\$25,9 bilhões às atividades, distribuídos entre as despesas de manutenção da máquina pública e aquelas de caráter finalístico, correspondendo a 53,6% da despesa orçada.

As despesas de manutenção e conservação totalizam R\$7,3 bilhões, distribuídas entre os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, e serão financiadas com recursos do Tesouro Estadual (78,2%) e complementadas com recursos de outras fontes.

Para as atividades finalísticas, cujas despesas são destinadas à prestação continuada de serviços públicos à população, principalmente para as ações de educação, saúde, segurança

pública e justiça, o montante fixado é de R\$18,6 bilhões, financiado em 89,7% com recursos do Tesouro, sendo o restante suprido com recursos de outras fontes. Essas mesmas atividades, devido à sua importância na melhoria do atendimento à população, concentram o maior volume de recursos, correspondendo a 38,5% do valor total das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social proposto para 2021.



Eleições 2020

Colbert defende PPPs para ampliar acesso à saúde em Feira de Santana



04 de Outubro de 2020 às 18:14 Por: *Divulgação/Assessoria* Por: **Luiz Felipe Fernandez** 0 comentários

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins Filho (MDB), que tenta se reeleger este ano, afirmou que caso permaneça como líder do Executivo do município, buscará parcerias público-privadas para ampliar o acesso à saúde na cidade.

Para o emedebista, hoje o município não precisa construir outro hospital público com recursos próprios, como é o caso do Hospital da Mulher, construído no mandato do seu pai, Colbert Martins, em 1992.

Apesar da unidade atender exclusivamente mulheres, o atual prefeito diz que é preciso que os hospitais estaduais, como o da Criança e o Clériston Andrade, tenham mais integração com a rede do município. Atuam de maneira isolada, alega.

Feira tem hospital municipal há 28 anos, o Hospital da Mulher, feito na gestão de meu pai e funcionando muito bem [...] temos que ver que serviços médicos-hospitalares podemos melhorar para ampliar o acesso à saúde [...] precisamos de uma integração muito mais forte com o governo do Estado, que age de forma isolada, explicou Colbert em entrevista ao BNews, durante passagem da equipe pela cidade para cobertura da Eleição.

O ex-deputado reconhece na figura de Zé Ronaldo (DEM) um importante aliado político, que conhece o dia-a-dia da cidade e tem forte atuação na região. No entanto, não crê no potencial de cabos eleitorais do cenário político nacional.

Para o emedebista, a eleição municipal sempre priorizará as propostas que visam a melhoria da cidade para os moradores, e que a projeção do resultado deste ano para o pleito de 2022 é uma articulação alimentada pela imprensa.

Caso continue à frente da Prefeitura em 2021, Colbert admite que precisará voltar a atenção aos desafios do cenário pós-pandemia de Covid-19, que vitimou até o momento 220 pessoas na cidade.

Além das consequências na área da saúde, ele destaca as mudanças na educação, impactada negativamente com a necessidade de distanciamento social. De acordo com o prefeito, este ano muitos estudantes vivenciaram um apagão educacional que prejudica toda uma geração.

Esse ano temos um apagão educacional gravíssimo. Toda geração que entrou na escola esse ano, não estudou praticamente nada, as creches não abriram, o Fundamental II, que vai para o ensino médio, não concluiu, lamenta.

O futuro da escola é parcialmente presencial, não totalmente, temos que nos preparar para aulas à distância, com computadores suficientes e conteúdos a serem modificados, completou.

Diante da perda de arrecadação do município com a crise economia agravada pela Covid-19, o prefeito garante que se for reeleito não medirá esforços para buscar recursos para a cidade. Se precisar sentar com o governador Rui Costa (PT), não será um problema, já que segundo Colbert eles mantêm um diálogo aberto.

Como exemplo, Colbert cita a assinatura de um contrato do Governo do Estado com a Embasa, que vai cobrir em até 95% a rede de esgoto de Feira de Santana.

Em Brasília, além de apelar ao presidente Jair Bolsonaro, contará com a ajuda de antigos colegas parlamentares, do tempo em que era deputado federal.

A relação com o governador tem sido ampla e aberta, assinamos contrato com a Embasa, graças ao entendimento que nós temos, independente de que lado estamos, nada atrapalhou [...] em Brasília, tivemos grande ajuda do Governo Federal, não só na saúde e vamos ter novas ações, reflete.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/10/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 05 de Outubro de 2020 - 08:40

Bahia terá no início do verão, 50% dos voos que oferecia antes da pandemia

por **Lucas Arraz**

O governo da Bahia estima que a retomada gradual da economia durante a pandemia de coronavírus deve continuar impactando o turismo no estado até o final do ano. Em dezembro, no início da alta estação para a região com a chegada do verão, os aeroportos do estado devem ofertar 50% dos voos registrados antes da pandemia.

Os dados foram levantados pela Secretaria de Turismo da Bahia (Setur) em parceria com as companhias aéreas e trazem prejuízos para o trade turístico e a arrecadação do estado. "A situação é delicada. Apesar da reabertura progressiva da economia, temos etapas para serem vencidas. No caso da Bahia, a tradição de grandes festas não será possível", declarou nesta segunda-feira (5) o secretário de Turismo, Fausto Franco.

O titular da Setur foi entrevistado no programa Isso é Bahia, do Bahia Notícias e de A Tarde FM, e também revelou que uma das saídas para a crise, analisadas pela administração estadual, será fomentar viagens de baianos ao interior estado, o aumento das ofertas de voos durante feriados e até mesmo o estímulo para os deslocamentos terrestres em curtas distâncias.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/10/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 04 de Outubro de 2020 - 17:20

Efeito sobre renda compensa a alta de preços da reforma

por Mariana Carneiro | Folhapress

Simulações feitas pela equipe técnica que trabalha na elaboração da reforma tributária da Câmara dos Deputados mostram os efeitos que a unificação de cinco tributos em apenas um imposto, o IBS, deverá ter sobre a economia.

Em todos os cenários descritos, a economia poderia crescer mais do que pode crescer hoje. A variação vai de 4% a 20% em 15 anos, segundo os cálculos. A novidade desse estudo, entretanto, é apontar como esse crescimento afeta setores econômicos e faixas de renda da população.

O estudo foi encomendado aos economistas Edson Domingues e Debora Freire Cardoso, da UFMG, com consultoria de Samuel Pessôa e Bráulio Borges, e será apresentado nesta segunda (5) por Bernard Appy, do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), na comissão mista da reforma tributária.

O IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) consiste na reunião de cinco tributos --IPI, PIS, COFINS, ICMS, ISS-- em um imposto sobre valor adicionado.

Com a mudança, impostos que hoje incidem em diferentes pontos da cadeia produtiva passam a ser cobrados uma vez, ao consumidor final.

O investimento seria o mais beneficiado pela reforma, com uma capacidade de crescer de 16,39% a 25,02% a mais do que o potencial atual, o que indica a sobretributação sobre o investimento.

Já o consumo das famílias teria um potencial de expansão menor, de 1,49% no cenário base, em que são considerados apenas os efeitos da retirada dos tributos do meio das cadeias produtivas.

Isso acontece porque a reforma tende a impactar os preços finais de alguns produtos e principalmente os dos serviços, deixando-os mais caros ao consumidor.

Segundo Bernard Appy, um dos autores da proposta de reforma tributária da Câmara, o aumento da incidência de tributos no consumo é esperada com a retirada dos impostos sobre investimentos e exportações. O saldo final, porém, é positivo, pois o efeito de alta de preços seria mais do que compensado pelo crescimento da economia e pelo ganho de renda que viria como consequência.

"Hoje o consumo já paga imposto, porque tudo o que é cobrado na cadeia, quando chega ao consumidor, é ele quem paga", afirma.

"Por falhas do sistema atual, o resto da tributação ao longo da cadeia, essa cumulatividade, acaba onerando investimentos e exportações e isso prejudica o

crescimento do país, faz com que a renda seja menor do que ela seria. Porque, ao tributar exportações e investimentos, prejudica o crescimento do PIB e a renda das famílias".

Dois cenários alternativos projetados, em que são computados os ganhos de eficiência produzidos pela reforma (como a redução da burocracia no pagamento de impostos, por exemplo), indicam que o consumo das famílias pode ser de 12,55% a 24,21% maior com a reforma do que o potencial que ele tem hoje.

A proposta feita pelo CCiF para a reforma tributária da Câmara estabelece uma alíquota de 24,2% para o IBS e considera fins de regimes especiais de tributação, como a isenção da cesta básica, e um adicional de impostos sobre combustíveis fósseis, cigarros e bebidas.

Com base em simulações de consumo de uma cesta de produtos de pessoas de diferentes classes sociais, o estudo conclui que haveria avanço no poder de compra de todas as faixas de renda. O maior avanço ocorreria entre os que recebem até 8 salários mínimos por mês (o equivalente hoje a R\$ 8.312).

A menor variação na parte superior da pirâmide social se daria porque a reforma ampliaria a tributação efetivamente paga pelos estratos mais ricos, pois serviços consumidos por essas famílias pagariam mais impostos do que pagam hoje.

Neste quesito, o estudo apresenta pela primeira vez o efeito da proposta da reforma da Câmara sobre os diferentes setores, o que é um dos principais complicadores da discussão política atual.

Embora a indústria e os bancos aprovem a formulação do CCiF, o setor de serviços preferiu apoiar a sugestão do ministro Paulo Guedes (Economia) de atacar a tributação que incide sobre os salários, com a substituição pela CPMF.

A divisão criou um impasse na reforma tributária, que se refletiu na falta de acordo dentro da própria base de apoio do governo no Congresso sobre a reforma tributária que deve ser patrocinada por Jair Bolsonaro.

Sem um meio-termo, governistas querem adiar o debate para depois das eleições municipais, a contragosto de parlamentares diretamente ligados à reforma, liderados pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O estudo do CCiF demonstra que atividades como educação e saúde privadas perderiam em um contexto de retirada dos tributos ao longo da cadeia. As perdas seriam de 5,4% e 3,7%, respectivamente. O setor de alimentação também teria leve perda (-0,5%) com a reforma tributária.

Porém, quando se leva em conta ganhos de eficiência com a redução da burocracia, os três perdedores passariam a ter resultados positivos de 5,2%, 6,2% e 9,1% de potencial de crescimento, respectivamente.

Appy observa ainda que segmentos do próprio setor de serviços, como construção civil, comércio, transporte e alojamento, teriam ganhos em ambos os cenários.

O economista Samuel Pessoa afirma que produtos industriais, com cadeias produtivas mais longas, deverão ter redução de preço, enquanto os de cadeia mais curta, como serviços de alimentação, ficarão mais caros, o que tem efeito positivo em termos

distributivos, pois a cesta de consumo dos mais pobres tem mais produtos industrializados.

"Isso significa que vai ter menos demanda por restaurante? Não, porque apesar de ficar relativamente mais caro [este serviço], como o PIB vai crescer, essa renda volta para as pessoas, que vão consumir mais restaurante", diz.

"Tem ganhadores e perdedores, isso todo mundo entendeu. Mas para a gente, que apoia a reforma, além do efeito redistributivo, tem o ganho de eficiência de longo prazo que é bom pra todo mundo. E o exercício mostra que, ao longo do tempo, mesmo quem acha que é perdedor, será ganhador".

Para Pessoa, caso a reforma seja aprovada, os resultados, embora de longo prazo, já poderiam se materializar nesta década.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/10/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 04 de Outubro de 2020 - 15:40

Reforma tributária pode elevar investimentos em até 25% em 15 anos, revela estudo

A reforma tributária tem o potencial de elevar os investimentos em até 25% nos próximos 15 anos, de acordo com um estudo encomendado pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) ao pesquisador e professor de Economia da UFMG, Edson Paulo Domingues. As informações são do G1. O objetivo com a proposta é a simplificação do sistema de impostos no país.

O levantamento toma como base a PEC 45/2019, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). O texto prevê a substituição de cinco tributos (PIS, Cofins, IPI – federais; ICMS – estadual; e ISS - municipal) por dois: um imposto sobre bens e serviços (IBS) e um imposto seletivo (IS) sobre combustíveis fósseis, fumo e bebidas alcoólicas, descreve a reportagem.

O estudo coloca o investimento como uma das áreas mais prejudicadas pela cumulatividade do atual sistema tributário brasileiro.

“Vários insumos de investimento, como máquinas, equipamentos e materiais de construção, são tributados em cadeia – e isso gera um custo para o investimento bastante elevado”, explicou Edson Paulo Domingues ao G1. “A reforma retira esses tributos em cadeia, porque dá débitos e créditos. É como se tivesse uma desoneração quase completa do investimento”, completou.

O pesquisador considerou três cenários. Um em que o simula apenas o efeito da eliminação da cumulatividade e da realocação de capital e trabalho em função da adoção de alíquotas uniformes para todos os setores. E outros dois em que foram considerados fatores como a redução do custo burocrático de pagar impostos, a redução do litígio tributário e a eliminação das distorções da chamada guerra fiscal entre os estados, ressalta a reportagem do G1.

Veículo: Política Livre	
Data: 03 a 05.10.2020	Caderno: Economia



PGE garante que compra de respiradores da Ocean 26 pelo Governo do Estado foi legítima

BAHIA

O Governo da Bahia trava uma disputa judicial no Brasil e nos Estados Unidos contra a empresa americana Ocean 26, que intermediou a negociação com a fabricante chinesa Aeonmed, para reaver US\$ 8,4 milhões pagos referentes a 80% do contrato de aquisição de 600 respiradores. De acordo com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), as investigações apontam que a transação foi legítima, sendo o dinheiro usado para o pagamento dos equipamentos do fabricante chinês, sendo devolvido posteriormente para a Ocean 26 após a rescisão contratual.

“O dinheiro foi devolvido para o intermediário que eles tinham contratado em Hong Kong e foi devolvido para a Ocean 26. Desde então, a nossa briga é que eles devolvam o dinheiro”, disse Paulo Moreno, procurador-geral do Estado, em entrevista à TV Bahia nesta sexta (2).

“Se eu cancelo o contrato com eles, eles cancelam o contrato de entrega desses respiradores lá na China e o dinheiro é devolvido. Se o dinheiro é devolvido é porque o contrato foi desfeito”, explicou Moreno.



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
segunda-feira, 05 de outubro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

EM 5 ANOS, BAHIA REGISTRA ECONOMIA DE R\$5.9 BILHÕES, DIZ GOVERNADOR

Depois que o Bahia Já mostrou como a economia baiana está se recuperando graças a ajuda do governo federal a Sefaz soltou esta nota

Tasso Franco , da redação em Salvador | 01/10/2020 às 08:08



Governador Rui Costa

Foto: SECOM

Em nota à imprensa, o governador do Estado, Rui Costa, disse que a Bahia registrou uma economia real de R\$ 5,9 bilhões em cinco anos. O feito é resultado da reforma administrativa implantada na primeira gestão.

O cálculo da política de Qualidade do Gasto Público leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo.

O dinheiro economizado, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos públicos.

Em 2015, a reforma administrativa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público.

A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas.

Monitoramento

A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua acompanhando as despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria.

Entre as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

Pandemia

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina, editando já no dia 20 de março o decreto 19.551/20, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco.

As medidas foram necessárias diante de um contexto que resultou em perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão só nos meses de abril, maio e junho.

A despeito do alcance limitado do pacote de ajuda aos estados proposto pelo Congresso Nacional e das apreensões quanto ao ano de 2021, não contemplado pelas medidas, o governo baiano segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais, observa o secretário Manoel Vitório.

No quesito "total de despesas com saúde", o Governo da Bahia posicionou-se como terceiro colocado dentre todos os estados em 2019, com mais de R\$ 6,159 bilhões, mesma posição no critério "investimento em saúde", com mais de R\$ 445 milhões, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo, de acordo com o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=128442>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)
PREFEITURA OFERECE DESCONTO DE 40% NO IPTU PARA ATIVIDADE HOTELEIRA

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/prefeito-sanciona-pacote-fiscal-para-ajudar-pessoas-fisicas-e-empresas,128487,0.html>)

PREFEITO SANCIONA PACOTE FISCAL PARA AJUDAR PESSOAS FÍSICAS E EMPRESAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/prefeito-sanciona-pacote-fiscal-para-ajudar-pessoas-fisicas-e-empresas,128487,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/prefeito-sanciona-pacote-fiscal-para-ajudar-pessoas-fisicas-e-empresas,128487,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/prefeito-sanciona-pacote-fiscal-para-ajudar-pessoas-fisicas-e-empresas,128487,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/prefeito-sanciona-pacote-fiscal-para-ajudar-pessoas-fisicas-e-empresas,128487,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-produtiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

Bahia Produtiva investe na agricultura familiar e muda a vida rural (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-produtiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-produtiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-produtiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-produtiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-produtiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

Novo sistema da Sefaz-Ba facilita emissão da Nota Fiscal Avulsa (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/novo-sistema-da-sefaz-ba-facilita-emissao-da-nota-fiscal-avulsa,128461,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/novo-sistema-da-sefaz-ba-facilita-emissao-da-nota-fiscal-avulsa,128461,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/novo-sistema-da-sefaz-ba-facilita-emissao-da-nota-fiscal-avulsa,128461,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/novo-sistema-da-sefaz-ba-facilita-emissao-da-nota-fiscal-avulsa,128461,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/delta-parking-abre-mais-um-estacionamento-com-garantia-iso-9001,128458,0.html>)

Delta Parking abre mais um estacionamento com garantia ISO 9001 (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/delta-parking-abre-mais-um-estacionamento-com-garantia-iso-9001,128458,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/delta-parking-abre-mais-um-estacionamento-com-garantia-iso-9001,128458,0.html>)



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

segunda-feira, 05 de outubro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

PREFEITO SANCIONA PACOTE FISCAL PARA AJUDAR PESSOAS FÍSICAS E EMPRESAS

Outra iniciativa incluída no pacote de ações tributárias e fiscais é o desconto de 20% sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF)

Tasso Franco, da redação em Salvador | 03/10/2020 às 19:38



Pacote ajuda a construção civil

Foto: BJÁ

ACM Neto sanciona pacote fiscal que alivia impactos da pandemia

Foto: Max Haack/Secom

O prefeito ACM Neto sancionou a legislação que cria um pacote de auxílio que tem como objetivo aliviar os impactos econômicos da crise sanitária entre pessoas físicas e jurídicas da capital baiana. As medidas, elaboradas pelo Executivo dentro do eixo tributário e fiscal do plano de retomada da economia, foram aprovadas pelos vereadores, e incluem um novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI).

"Estamos, com esse pacote, ajudando principalmente todos aqueles que foram atingidos pela pandemia. Talvez esse seja o conjunto de incentivos mais completo que uma Prefeitura já apresentou em todo o país. E não poderíamos fazer isso antes da

retomada das atividades econômicas, apesar das cobranças que recebemos, até porque tínhamos que agir com precaução, após analisar os efeitos da pandemia e não prejudicar o caixa da nossa cidade", disse o prefeito.

Parcelamento - O novo PPI objetiva dar novas condições especiais para que empresas ou pessoas façam a quitação de dívidas contraídas antes ou durante a pandemia da Covid-19 em Salvador.

Para quem quitar, à vista, os débitos vencidos até 29 de fevereiro deste ano, ou seja, antes da pandemia na cidade, será oferecido 10% de desconto sobre o valor principal da dívida e 100% sobre multas e juros. Quem optar por dividir em 12 vezes, haverá 100% de desconto sobre o valor de multas e juros. Já na divisão em 48 vezes, o desconto alcançará 80% sobre o valor de multas e juros - nesse caso, o montante das parcelas será corrigido apenas pela Selic, com redução substancial dos encargos financeiros, caindo dos 14,81% para até 2%, em cotação atual).

Para os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, que contraíram débitos entre 1º de março a 31 de julho de 2020, ou seja, durante a pandemia, o desconto para pagamento à vista será de 20%, sem multas e juros. Quem optar por pagar em 12 vezes, haverá 10% de desconto sobre o valor principal do débito e de 100% sobre juros e multas. E quem desejar quitar em 48 parcelas, terá 90% de desconto sobre multas e juros, também com correção pela Selic.

Taxa de Fiscalização - Outra iniciativa incluída no pacote de ações tributárias e fiscais é o desconto de 20% sobre o valor da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e do ISS Autônomo devidos, e a vencer, no exercício de 2021, beneficiando autônomos e empresas atingidas pelas medidas restritivas para conter o avanço da Covid-19 na cidade.

Inter Vivos - A Prefeitura vai oferecer ainda até 20% de desconto do Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITIV) - que incide sobre operações de transmissão de bens móveis entre vivos de forma onerosa - sobre a compra de imóveis para entrega futura. O benefício será concedido para pagamento antecipado do imposto, no limite de 20%. Quem pagar um mês antecipado, por exemplo, terá 1% de desconto. Quem quitar 21 meses antecipados, terá o limite de 20% de desconto.

Terrenos - Para proprietários de imóveis localizados em áreas de Mata Atlântica, haverá ampliação da redução de 50% para 80% do valor venal, para fins de tributação do IPTU incidente sobre terrenos, equiparando ao benefício dispensado ao imóveis localizados em Área de Proteção Ambiental (APA) e Área de Preservação Permanente (APP).

Centros de logística e indústrias - Setores específicos da economia serão contemplados com ações tributárias e fiscais, conforme a nova legislação sancionada. Os centros de distribuição que venham a se instalar no município terão desconto de 40% no IPTU e TRSD. O mesmo benefício vale para aqueles centros que já estão instalados na cidade, desde que invistam em modernização e ampliação. Já as indústrias integrantes de projetos de cunho social implantados em áreas públicas terão desconto de 50% no IPTU e TRSD.

ISS de 5% para 2% - Uma das ações mais impactantes vai beneficiar fintechs, bancos digitais, administradoras ou credenciadoras de cartão de crédito ou débito e demais prestadores de serviços financeiros, bancários e afins, exclusivamente digitais ou eletrônicos, baseados ou estabelecidos em Salvador.

Todos terão redução da alíquota de ISS de 5% para 2%, com diferimento, por um prazo de seis meses, do pagamento do tributo devido, tendo este benefício duração de dois anos. O mesmo benefício será garantido para operadores de marketplace em plataformas digitais e de aplicativos de transportes urbano e de delivery.

Inovação e empreendedorismo - Microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte proponentes de ações de inovação e cidadãos residentes no município que empreendem iniciativas inovadoras de interesse público terão apoio financeiro de até 80% do valor do projeto aprovado, dentro da Polícia Municipal de Inovação, limitado a R\$ 50 mil. O benefício concedido será deduzido do IPTU devido pelo contribuinte incentivador, ou seja, aquele que apoiar o projeto inovador.

E mais: as empresas de base tecnológica e startups cujas atividades contribuam para o fomento da inovação em Salvador terão uma série de benefícios, a exemplo da redução da alíquota de 5% para 2% do ISS incidente sobre os serviços prestados pela empresa incentivada e diferimento, por dois anos, do pagamento do mesmo tributo mensal para aquelas que migrem sua base para Salvador.

Além disso, essas mesmas empresas que estão instaladas no Comércio terão redução, por cinco anos, de 50% do IPTU incidente sobre o imóvel. Nesse caso, haverá, ainda, isenção da TFF, Taxa de Licença de Localização (TLL) e Taxa de Vigilância Sanitária (TVS).



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=128487>)

MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)
PREFEITURA OFERECE DESCONTO DE 40% NO IPTU PARA ATIVIDADE HOTELEIRA
(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/04/prefeitura-oferece-desconto-de-40-no-iptu-para-atividade-hoteleira,128492,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-productiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)
Bahia Produtiva investe na agricultura familiar e muda a vida rural (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-productiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-productiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-productiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-productiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)
(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/03/bahia-productiva-investe-na-agricultura-familiar-e-muda-a-vida-rural,128484,0.html>)

Novo sistema da Sefaz-Ba facilita emissão da Nota Fiscal Avulsa (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/10/01/novo-sistema-da-sefaz-ba-facilita-emissao-da-nota-fiscal-avulsa,128461,0.html>)

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Pele macia

Uma disputa no mercado de pomadas contra assaduras, que colocou a Bepantol Baby, fabricada pela Bayer, contra a concorrente Hipoglós, da Johnson & Johnson, se encaminha para um desfecho no Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária). O órgão pediu para suspender na semana passada uma parte da campanha feita nas redes sociais pela Bepantol, sob o argumento de que suas peças faziam comparações indiretas entre os produtos.

EUTENHO, VOCÊ NÃO TEM Nos anúncios, a Bepantol não mencionava diretamente a Hipoglós, mas dizia que causava menos irritação, garantia mais proteção e não tinha alguns componentes da fórmula da concorrente.

FRALDAS A decisão do Conar acontece depois que a Johnson & Johnson reclamou da campanha da Bepantol, mas o órgão havia arquivado parte dos questionamentos. A fabricante de Hipoglós recorreu e obteve agora a decisão favorável. Procurada pela coluna, a Bayer afirma que está analisando quais peças precisarão ser ajustadas.

CATRACA O Procon-SP diz que vai seguir no programa de expansão de seus postos de atendimento presencial nos próximos meses. Depois de fazer parceria para se instalar em distritos policiais, o órgão está em contato com o Metrô, para colocar pontos nas estações, além da Assembleia Legislativa, segundo Fernando Capez, diretor do Procon-SP.

BALDEAÇÃO A prestação de serviço de defesa do consumidor está crescendo na internet, mas 40% da demanda, que inclui idosos e moradores da periferia, prefere postos físicos, segundo a fundação.

CHAMA O BOMBEIRO O resgate da ideia de incorporar o Ministério do Meio Ambiente à Agricultura, uma hipótese que foi levantada mas depois colocada para hibernar lá na transição, em 2018, é vista por empresas de fora do agronegócio como um atestado de que a gestão ambiental fracassou e precisa de mudança.

MANOBRADICAL A proposta é considerada uma operação arriscada, porque pode passar a imagem de que a raposa estaria cuidando do galinheiro. Entretanto, diante da gravidade da situação, a saída começa a parecer coerente.

NA REDE O apresentador e empresário Roberto Justus vai entrar no conselho consultivo da Wix, criptomoeda focada no varejo, que também fechou parceria com os fundos de investimento Treepcorp, do qual Justus é sócio, e Squadra Ventures.

com Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência setembro*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de setembro vence em 20 out para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 out. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

CORRENTE Após criar o Não Demita, em março, movimento para estimular empresas a mitigar o impacto da pandemia sobre empregados e fornecedores, o empresário Daniel Castanho, presidente do conselho da Anima Educação, quer lançar uma plataforma de capacitação para que os líderes de grandes companhias no Brasil apoiem as menores.

PONTAPÉ A origem disso será na HSM, marca da Anima, que neste ano fará de graça o HSM Expo, evento que cobra ingressos de R\$ 8.000. Com mais de 40 mil inscritos até agora, Castanho quer atingir 1 milhão de pessoas envolvidas.

AULA "Estamos criando uma plataforma, que ficará pronta nas próximas semanas, em que líderes de grandes empresas vão doar tempo e conhecimento às pequenas. Serão masterclasses, com pergunta e resposta de coisa prática. E não só com presidente. Tem diretores, que falam de transformação digital, fluxo de caixa, gestão de pessoas", diz.

CLIQUE Na pandemia, o Brasil foi o país com o maior crescimento das compras online de itens domésticos, sem considerar alimentos, diz pesquisa da Serasa com 3.000 pessoas em dez países. A parcela dos que compram pela internet subiu de 11% em março para 31% em julho, alta que supera a de EUA (9 pontos percentuais) e Reino Unido (5 pontos).

TELA O aumento das compras virtuais de alimentos foi de 60% para 71% no Brasil no mesmo período. Em pontos percentuais, a alta só foi menor do que a dos EUA, que avançou 12 pontos, para 58%.

PAIXÃO Um conto erótico sobre a pandemia começou a atrair a atenção de leitores na Amazon. Escrito em inglês e formatado digital, o texto é sobre uma cientista que tenta descobrir a cura da Covid-19, mas se apaixona pelo vírus.

CURTIDA "Kissing the Coronavirus" (Beijando o coronavírus, na tradução livre), da editora de autopublicação Vivalerica, foi lançado em abril, mas vem acumulando comentários na Amazon e nas redes desde a última semana.

Irritado, Bolsonaro avalia reprimir Marinho por críticas contra Guedes

Continuação da pag. A19

A briga pública foi mal recebida por Bolsonaro. O presidente já havia enquadrado a equipe de Guedes há pouco mais de duas semanas.

Na ocasião, o presidente se irritou com uma entrevista concedida pelo secretário de Fazenda de Guedes, Waldery Rodrigues, sobre uma proposta para congelar aposentadorias e direcionar os recursos economizados para a ampliação da Bolsa Família.

Após esse episódio, Bolsonaro ameaçou demitir quem apresentasse essa ideia e determinou que Guedes e sua equipe mantivessem discrição sobre qualquer proposta em formulação no governo. A or-

dem foi obedecida e um pacto de silêncio foi respeitado no ministério nos quinze dias que sucederam a confusão. Mas o pacto foi quebrado após Marinho fazer as críticas sobre o ministro, o que levou Guedes a disparar ataques contra o colega em entrevista à imprensa.

A expectativa é de que na reunião ministerial, prevista inicialmente para terça-feira (6), o presidente faça um discurso apaziguador e deixe claro que trocas públicas de críticas entre integrantes de sua equipe não serão mais admitidas.

O presidente convidou o ministro da Economia para o almoço de sábado na tentativa de acalmá-lo. Guedes tem afirmado que tem crédito com Bolsonaro porque ambos são "transparentes" e acabam se excedendo em público em momentos de estresse.

Em uma conversa privada, segundo relatos feitos à Folha, Bolsonaro disse que está satisfeito com o trabalho do ministro da Economia.

Na área econômica, técnicos apostam nas declarações públicas de Bolsonaro em apoio a Guedes para justificar sua força no governo. Nas recentes crises entre o ministro e a ala política, o presidente tem se pronunciado em defesa do ministro da Economia, afirmando ter compromisso com o teto de gastos.

Em conversas com auxiliares, o chefe da Economia afirmou que se formaram duas vertentes no governo: a ala política, que inclui Marinho, que busca manter a popularidade do presidente em alta a qualquer custo, e a equipe econômica, que tenta ajustar as contas e, na avaliação da pasta, tem aval do presidente.

Estímulo financeiro segura retração global, mas retomada é incerta

Auxílios e outras medidas dos Estados ajudaram a reverter parte do pessimismo, mas há cautela sobre a força do crescimento

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Programas de transferência de renda, empréstimos e proteção ao emprego adotados por diversos governos em meio à pandemia do novo coronavírus ajudaram a reverter, em parte, o pessimismo com a economia mundial ao longo do terceiro trimestre.

A retirada desses estímulos, no entanto, gera dúvidas sobre como sustentar uma retomada e, ao mesmo tempo, tentar equilibrar as finanças governamentais.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), por exemplo, previa crescimento de 2,9% para o mundo no começo deste ano, chegou a projetar retração de 6% em junho e agora vê uma queda de 4,5%. Para o Brasil, a projeção de crescimento feita pela instituição de 7% foi revista para quedas de 7,4% (estimativa de junho) e de 6,5% (em setembro).

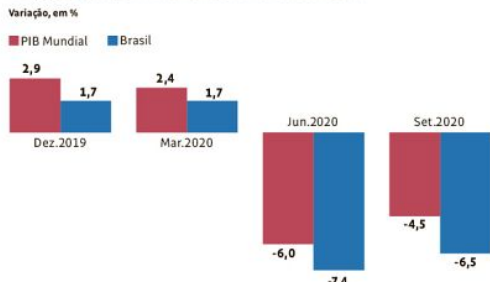
No Brasil, a melhora nas projeções coincide com a injeção de mais recursos na economia, por meio do auxílio emergencial para trabalhadores informais, que contribuiu para evitar uma queda na massa de rendimento das famílias, com programas de crédito e proteção ao emprego, bem como a reabertura das atividades e a redução das mortes por causa da pandemia.

As projeções de mercado coletadas pelo Banco Central na pesquisa Focus para o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano chegaram a uma queda de 6,6% no dia 30 de junho, estimativa mais pessimista feita neste ano. Desde então, foram melhorando e, na última semana, estavam em -5,4%.

O próprio BC revisou sua projeção para 2020 de -6,4% (junho) para -5,0% (setembro), com destaque para a melhora nos dados da indústria, da construção e do comércio e para a piora nos serviços.

Em seu Relatório de Trimestral de Inflação divulgado neste mês, o Banco Central cita a retomada da atividade econômica no terceiro trimestre e uma moderação na volatilidade dos ativos financeiros, fatores que resultaram em um ambiente relativamente mais favorável para as economias emergentes, embora haja bastante incerteza frente a uma possível redução dos estímulos governamentais e à própria evolução da pandemia da Covid-19.

Projeções para o PIB mundial em 2020 melhoram



Fonte: OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

O governo está com um déficit gigantesco, para tentar equacionar o auxílio emergencial está querendo tirar recursos de outras áreas. A retomada do crescimento não vai ser um processo normal no caso do Brasil

Otto Nogami economista e professor do Insper

Frederico Gomes, economista do Ibmec Brasília, afirma que a maciça injeção de recursos ajudou a evitar uma contração maior do PIB (Produto Interno Bruto) mundial neste ano, mas esse aumento de gastos é temporário e representa uma conta que terá de ser equacionada nos próximos anos.

"Agente estava muito pessimista em março e abril, e isso também vale para outros países. Por conta das políticas de estímulos, que foram muito fortes, a gente vai ter um 2020 melhor do que se imaginava em abril. Em compensação, as apostas de 2021 para a frente começam a ser reduzidas, até em função desse problema fiscal que vai ter de ser enfrentado tanto aqui como em outros países", diz Gomes.

"Mesmo que tenha uma vacina, tem coisas que não vão voltar como era antes. Isso dificulta uma retomada mais rápida e se reflete também no investimento, que é o que vai gerar o crescimento lá na frente", diz.

O economista Marcel Balsasiano, pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV.br, afirma que a retração da economia ainda estará em patamares recordes, apesar da melhora nas expectativas, que está ligada principalmente às medidas de estímulo à economia que praticamente todos os países fizeram, em maior ou menor grau.

No Brasil, isso é representado principalmente pelo auxílio emergencial. Na Europa, se destacam também medidas de retenção de emprego, como o "Kurzarbeit" na Alemanha, utilizado na crise de 2008/2009 e que vários países também repetiram agora, como França, Itália, Espanha e Reino Unido.

"A melhor palavra que define essa crise é a incerteza, econômica e sanitária. São muitas, mas menores do que há sete meses, quando tudo começou. Uma das grandes incertezas é como as economias vão se comportar quando esses estímulos forem reduzidos ou acabarem", afirma Balsasiano.

"No Brasil, o auxílio já não é mais de R\$ 600. Na Europa, uma discussão é que você está mantendo renda, mas isso não vai durar para sempre e, quando esses estímulos acabarem, provavelmente o desemprego vai aumentar", diz.

O economista Otto Nogami, professor do Insper, diz que as perspectivas para a economia brasileira ainda são piores do que as expectativas para o desempenho médio global.

Afirma ainda que boa parte da recuperação nos indicadores econômicos brasileiros no trimestre atual reflete mais os efeitos estatísticos da queda do PIB no segundo trimestre e uma reconstrução de estoques do varejo e da indústria.

"A economia mundial está já operando dentro de uma normalidade, sofreu um baque, mas há uma perspectiva de retomada do crescimento, talvez não de forma pujante. É um cenário diferente do nosso. Nós entramos no isolamento social com uma economia totalmente fragilizada. Já estávamos estruturalmente em uma situação ruim", afirma Nogami.

"O governo está com um déficit gigantesco, para tentar equacionar o auxílio emergencial está querendo tirar recursos de outras áreas. A retomada do crescimento não vai ser um processo normal no caso do Brasil".

Substituto do PIS/Cofins alivia a carga tributária dos mais pobres, mostra estudo da Economia

A Contribuição sobre Bens e Serviços terá, segundo a proposta do governo, alíquota única de 12% sobre bens e serviços e pode aliviar a carga tributária principalmente de famílias com renda de até R\$ 89 por pessoa

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

05 de outubro de 2020 | 08h30

BRASÍLIA - A criação da **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)** em substituição ao **PIS** e à **Cofins** pode aliviar a carga tributária da população de menor renda e ampliar seu poder de consumo, principalmente em famílias que ganham até R\$ 89 por pessoa, afirma a Secretaria de Política Econômica (SPE) do **Ministério da Economia**. Os brasileiros que ganham acima de R\$ 5 mil por pessoa devem ter o maior aumento relativo da tributação.

Os cálculos, antecipados ao **Estadão/Broadcast**, serão divulgados nesta segunda-feira, 5, na nota “CBS: em direção à menor regressividade do sistema tributário brasileiro”. A intenção dos técnicos é trazer um foco novo de discussão sobre a unificação de tributos sobre o consumo, até agora centralizada nos impactos sobre as empresas.

O setor de serviços é um dos que mais se opõem à proposta de criar a CBS, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em julho como primeira fase da reforma tributária. O projeto de lei está sendo discutido na mesma comissão mista que trata das PECs da **Câmara** e

do **Senado**, mais amplas e que incluem mudanças na tributação de Estados e municípios. As discussões, porém, estão travadas.

[Ads by Teads](#)

Segundo os cálculos da SPE, as famílias com renda de até R\$ 89 por pessoa terão uma queda de 0,6 ponto porcentual na sua alíquota efetiva média (o quanto a pessoa paga de imposto proporcionalmente à sua renda). O alívio se estende até famílias com renda de R\$ 1 mil por pessoa, embora com menos intensidade. Acima disso, a mudança de PIS/Cofins para a CBS levará a família a pagar mais imposto que no regime atual, aumento que chega a 0,4 ponto porcentual para quem ganha acima de R\$ 5 mil por pessoa.

A proposta do governo para a CBS prevê uma alíquota única de 12% sobre bens e serviços, acabando com grande parte dos regimes especiais e simplificando a tributação. O subsecretário de Política Fiscal da SPE, Erik Figueiredo, afirma que as estimativas comprovam que uma alíquota unificada é capaz de tornar um tributo mais progressivo, ou seja, cobrar relativamente mais de quem tem maior renda.

“A ideia de progressividade hoje é de alíquotas diferenciadas, variando de acordo com a renda. Mas isso seria verdade se todas as pessoas consumissem bens similares. As pessoas consomem bens diferentes. Temos que definir o perfil e qual é a alíquota dessas pessoas”, explica Figueiredo.

Cálculo

Para chegar ao resultado, a equipe da SPE traçou o perfil da cesta de consumo das famílias de acordo com a faixa de renda. Além disso, utilizou a matriz de insumo-produto do IBGE para identificar por

quantos passos na cadeia de produção um produto ou serviço passa antes de ser consumido. Esse procedimento é importante porque a CBS incide sobre o valor adicionado em cada uma dessas etapas de melhoria ou transformação - ou seja, quanto mais elaborado o bem ou serviço, maior tende ser a tributação.

No caso das famílias mais pobres, com renda de até R\$ 89 por pessoa, mais da metade (54%) do orçamento é destinada a serviços básicos, e 13% são empregados no pagamento de contas como água e luz. Apenas 6% vão para gastos com saúde e educação privados, e outros 10% vão para a construção, compra ou aluguel da casa.

À medida que a renda familiar cresce, os serviços básicos e as contas de água e luz perdem peso no orçamento, enquanto despesas com saúde e educação e a casa ganham força. Nos lares com renda acima de R\$ 5 mil por pessoa, 49% do orçamento vão para serviços considerados “luxo”, 13% para compra ou aluguel da casa e 14% para saúde e educação. A nota não detalha quais serviços são considerados básicos ou de luxo.

Para as famílias de baixa renda, a SPE ainda estimou o efeito prático do alívio da CBS sobre a renda desses lares. Para quem ganha até R\$ 89 por pessoa, o “respiro” trazido pelo novo tributo seria suficiente para arcar com todo o consumo de legumes e verduras, por exemplo, uma vez que a diferença na alíquota efetiva equivale a 112% do que essas famílias gastam com esses bens. O alívio ainda bastaria para garantir 73% do consumo de leite, ou 173% do gasto com macarrão.

“A ideia é mostrar que tem uma parte significativa dos agentes que estão fora da discussão, que são os consumidores. E temos que considerar a heterogeneidade dos consumidores. Quando observamos impactos diferenciados, damos uma dimensão completamente nova. Às vezes esse debate fica muito técnico, sem observar a realidade”, diz Figueiredo.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/10/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Opinião do GLOBO

Existem 281 fundos públicos — e não se sabe para que serve a maioria deles

Executivo e Legislativo ignoram até quanto dinheiro eles somam — um enigma orçamentário

O governo federal pediu ao Congresso urgência na aprovação de uma emenda à Constituição (nº 187) para destravar R\$ 219 bilhões imobilizados em 281 fundos públicos. Propôs extingui-los para reduzir a dívida. Na semana passada, o Senado acenou com a possibilidade de outro destino para os recursos: um programa assistencial para atender os mais pobres, o malfadado Renda Cidadã, projeto que motiva divergências entre Jair Bolsonaro, o Ministério da Economia e a base parlamentar governista.

O problema, como sempre, é a realidade. O Orçamento da União continua a ser uma peça ficcional, espécie de conta feita para saber quanto dinheiro já se gastou. Executivo e Legislativo não têm sequer certeza sobre a real disponibilidade de recursos nesses fundos públicos. É um enigma orçamentário.

Ambos, governo e Congresso, concordam que vinculações de receitas contribuem para inviabilizar a gestão orçamentária num momento de agonia fiscal. Discordam sobre como fazer a desvinculação.

Acredita-se que apenas cinco dessas contas concentrem 81% do valor, R\$ 177 bilhões do total estimado em R\$ 219 bilhões. São os fundos de Amparo ao Trabalhador; Assistência Social; Financiamento ao Ensino Superior; Desenvolvimento Científico; e Garantia à Exportação.

Sobre os demais 275 fundos públicos, proliferam incertezas. É certo que a maioria foi criada antes da Constituição de 1988, com base em prioridades talvez adequadas à época, mas incoerentes com as necessidades do país no século XXI.

Nessas rubricas orçamentárias, há um pouco de tudo. Existem fundos para apoio à cultura do caju, do café e do cacau e de agricultura fa-

miliar do Mercosul. Constam, também, reservas contábeis genéricas para Arrendamento Residencial, Equilíbrio de Sinistralidade e Estudos do Mar. Há até mesmo um certo Fundo Patrimonial da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal.

Há tempos tais fundos perderam a razão de existir (se um dia tiveram). Permanecem porque atendem a interesses setoriais gravados no Orçamento. Prova disso é que a PEC para revogá-los já recebeu uma centena de emendas. Muitas para mantê-los, outras para instituir novas vinculações de receitas. Uma delas é do senador Otto Alencar (PSD-BA). Ele é relator do projeto de desvinculação de receitas, para destravar o Orçamento. Paradoxalmente, sugeriu emenda reservando 3% dos recursos liberados em outra vinculação, o custeio da “revitalização” do Rio São Francisco. Quer trocar seis por meia dúzia.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/10/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Opinião do GLOBO

Os escandalosos gastos dos estados com servidores

É inviável modernizar o Estado brasileiro sem impor corte severo à despesa com funcionalismo estadual

Brasília sustenta a burocracia mais cara do país. No ano passado, cada servidor do governo do Distrito Federal custou R\$ 5.099 aos bolsos dos três milhões de habitantes. É absurdo. É mais que o dobro do que gasta a população de São Paulo (R\$ 2.100), o estado mais rico, e o triplo do dispêndio imposto à do Maranhão (R\$ 1.300), um dos mais pobres.

Essa disparidade, mapeada pela Secretaria do Tesouro, confirma a capital do país na liderança de um fenômeno político com graves sequelas na economia, a transformação do orçamento público em vetor de concentração da renda nacional. Os altos salários dos servidores, que têm estabilidade no emprego, levam o DF à condição de área mais rica do país, proporcionalmente acima de São Paulo e do Rio, motores da economia privada.

O caso do DF é peculiar, mas não é único. No Acre, Tocantins e Roraima, um funcionário custa em média R\$ 4.300 por habitante, bem mais

que no Ceará (R\$ 1.510) ou no Rio (R\$ 2.698). Não há lógica nisso. Apenas uma escolha política, de motivação eleitoral, pela concentração da renda no setor público.

As informações do Tesouro ajudam a dimensionar as distorções na distribuição da renda nacional, provocadas pela sucessão de privilégios concedidos à elite do funcionalismo, remunerada em escala bem superior aos empregados do setor privado.

O alto custo da máquina pública, notória pela elevada ineficiência, impõe aos brasileiros mais pobres uma das maiores cargas tributárias do mundo. O resultado é que, hoje, 60% dos servidores federais e estaduais integram o estrato dos 20% mais ricos do país, por renda per capita.

Em 20 das 27 unidades da Federação, as despesas com pessoal aumentaram na última década ao ritmo de 11% acima da inflação, medida pelo IPCA. O gasto estadual saltou de 50% para 63% da receita líquida nos últimos dez anos. O recor-

de de aumento ocorre no Rio, onde o dispêndio cresceu extraordinariamente — mais de 65% em termos reais no período.

Outros oito estados (RN, MG, RS, TO, AC, MT, MS e PB) seguiram o mesmo caminho. Asfixiaram suas finanças e comprometeram a capacidade de investimentos ao destinar mais de 60% da receita líquida para pagar a servidores, sem qualquer contrapartida de eficácia na prestação de serviços à população.

Ano passado, diz o Tesouro, o Rio Grande do Norte alcançou um recorde de despesas com pessoal. Estourou as contas e já gasta 73% da receita líquida corrente com funcionalismo. Foi seguido pelo Tocantins, que se juntou ao grupo que inclui Rio, Minas e Rio Grande do Sul, todos em absoluta insolvência.

Para quem ainda tinha dúvida, os dados do Tesouro deixam claro que ficou inviável qualquer reforma para modernizar o Estado brasileiro sem impor um corte severo nos gastos estaduais com o funcionalismo.



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

As incertezas fiscais e o efeito sobre a retomada

Se persistirem as incertezas fiscais, a recuperação da economia, que já terá desafios como a fraqueza do mercado de trabalho e o fim do auxílio emergencial, será ainda mais difícil

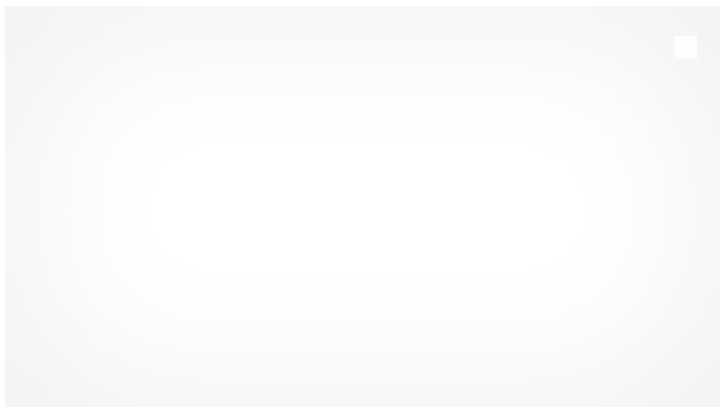
05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As incertezas em relação às contas públicas brasileiras em 2021 aumentaram ainda mais nos últimos dias, por causa da confusão quanto ao financiamento de um programa de transferência de renda mais amplo que o Bolsa Família e das rusgas entre os ministros Paulo Guedes e Rogério Marinho. Para completar, pioraram as perspectivas de avanço da reforma tributária e da administrativa. Se os juros futuros seguirem em alta e o câmbio continuar a se desvalorizar, como reflexo do agravamento dos riscos fiscais, a recuperação da economia poderá ser ameaçada, num quadro de deterioração das condições financeiras. Os juros básicos em níveis ineditamente baixos ficarão em xeque.

A Selic a 2% ao ano é um dos maiores trunfos para o pós-pandemia. A avaliação dominante é que a taxa poderá continuar nesse nível por alguns trimestres, apesar da alta forte dos preços dos alimentos, um reflexo da disparada da inflação no atacado, devido à desvalorização do câmbio e ao aumento das commodities. O ponto é que a ociosidade na economia é monstruosa, o que tem se traduzido em preços de serviços em níveis muito baixos, inferiores a 1% no acumulado em 12 meses.

Dúvidas sobre as contas públicas podem minar a recuperação

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Além disso, as expectativas de inflação estão sob controle. As previsões apontam para um IPCA abaixo das metas perseguidas pelo Banco Central (BC) em 2020 e 2021 e exatamente no alvo em 2022 e 2023.

A continuidade dos juros nos atuais níveis é fundamental para impulsionar a economia, que amargou uma recessão cavalgar entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016, cresceu a uma taxa um pouco superior a 1% ao ano em 2017, 2018 e 2019 e terá o maior tombo da história em 2020, por causa do impacto da pandemia. Os efeitos das taxas baixas ficam claros no “crescimento expressivo de setores sensíveis a crédito - principalmente o imobiliário e, em segunda medida, o de vendas de automóveis”, como nota, em relatório, o Itaú Unibanco. Além disso, os juros menores contribuem para aliviar a situação fiscal, num cenário em que a dívida bruta se encaminha para 100% do PIB. Para completar, taxas baixas ajudam a situação financeira de empresas e famílias.

Colaborar para que os juros possam seguir nos níveis atuais deveria ser uma das prioridades do governo. Isso exigiria um compromisso firme com o ajuste das contas públicas, necessário num país que tem uma dívida elevada, com taxas variáveis e prazos relativamente curtos. O que se vê, porém, não é isso. Os sinais são de que, para montar o programa de transferência de renda, não há disposição de tomar decisões difíceis. A percepção é que o teto de gastos será furado em 2021 por meio de algum subterfúgio. Na semana passada, houve o anúncio da ideia estapafúrdia de financiar o Renda Cidadã com parte dos recursos destinados ao

pagamento de precatórios e ao Fundeb (o fundo para complementação da educação básica). A proposta foi bombardeada pelos especialistas em contas públicas, que classificaram a iniciativa de usar dinheiro dos precatórios como “contabilidade criativa” e “pedalada fiscal”. O ministro da Economia, Paulo Guedes, se disse por fim contrário à medida, mas esteve presente no anúncio da proposta, não se opondo naquele momento a ela. Nesse cenário, há uma piora significativa dos preços dos ativos brasileiros. Os juros futuros e o risco país aumentam, o câmbio se deprecia e a bolsa cai.

Essa combinação leva a um aperto das condições financeiras. Nas estimativas do ASA Investments, “mantidos os patamares atuais de nível de juros futuros, risco país, índice Bovespa e outros indicadores, teríamos o crescimento econômico de 2021 reduzido para 1,2%, contra nossa projeção de 2,1%, já substancialmente abaixo do consenso Focus, de 3,5%”, aponta a instituição. “Teríamos um crescimento pífio, que nos condenaria a manter uma taxa de desemprego praticamente inalterada ao longo de 2021, em torno de seu recorde histórico de 16%, número que estimamos para o final deste ano”, dizem os economistas do ASA. Se o câmbio ficar muito pressionado, os aumentos de preços, hoje concentrados principalmente nos alimentos, podem se disseminar. As expectativas de inflação começariam a piorar, levando o BC a ter que elevar a Selic prematuramente.

Fazer um programa de transferência de renda mais amplo é uma ideia que faz todo o sentido num país tão desigual quanto o Brasil. A proposta, contudo, precisa ser bem desenhada. É possível concebê-la e executá-la sem recorrer a malabarismos fiscais, como usar recursos dos precatórios. Mas isso requer decisões complexas e eventualmente impopulares, como unificar programas sociais já existentes.

Adotar medidas para tentar driblar o teto de gastos vai piorar o risco fiscal, elevando ainda mais os juros futuros e a cotação da moeda americana. O teto tem problemas, como a dificuldade para acionar os gatilhos que controlariam em especial os gastos com o funcionalismo. Além disso, as despesas não financeiras da União só poderão aumentar 2,13% em 2021, o que levará a cortes expressivos nos gastos discricionários (como custeio da máquina e investimento). Trata-se, porém, da âncora fiscal que dá alguma previsibilidade para as contas públicas do país. Uma eventual mudança do teto precisaria ser conduzida com muita habilidade, combinada a medidas que reduzam a rigidez do orçamento - como uma reforma

administrativa de fato ambiciosa - e aumentem o potencial de crescimento da economia - como a reforma tributária.

A administração de Jair Bolsonaro vai na direção oposta. A disputa entre Guedes e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, evidencia a falta de rumo do governo de um presidente que só pensa na reeleição e não se dispõe a contrariar grupos de interesse. A percepção crescente é que não haverá iniciativas para deter a expansão das despesas obrigatórias e que a agenda de reforma vai ficar à deriva. Marinho e a ala política do governo planejam medidas que tendem a furar o teto, num quadro de isolamento cada vez maior de Guedes.

Se persistirem as incertezas fiscais, a recuperação da economia, que já terá desafios como a fraqueza do mercado de trabalho e o fim do auxílio emergencial, será ainda mais difícil. As condições financeiras apertadas vão minar a retomada e o cenário para o investimento seguirá turvo, afetando o crescimento de um país que desde 2014 exibe um desempenho econômico lamentável.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul
R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Conheça o Spotify Premium e dê fim às interrupções
SPOTIFY PREMIUM

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas
R\$ 29,99 - MARISA

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s Violeta 64GB, 4GB RAM, Tela Infinita de 6.4", Câmera Traseira Tripla, Leitor Digital na Tela, Android 9.0 e TV Digital
R\$ 1.399 - CASAS BAHIA



Por **Bruno Carazza**

Professor do Ibmecc, mestre em Economia e doutor em Direito. ... [ver mais](#)

Como as economias morrem

Depois do teto, próxima vítima poderá ser a autonomia do Bacen

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

As ambições de um político o tornam capaz de passar por cima de anos de amizade e a desprezar laços de parentesco mesmo em momentos difíceis de saúde - o que dirá em relação a compromissos com a estabilidade econômica do país.

Em 1959, Lucas Lopes era o ministro da Fazenda do presidente Juscelino Kubitschek. Companheiro fiel desde os tempos da campanha de JK para o governo de Minas, o engenheiro foi o cérebro por trás da criação da Cemig - polo indutor da industrialização mineira, que catapultou JK ao primeiro plano da política nacional - e idealizador do famoso Plano de Metas, o programa desenvolvimentista que prometeu entregar "50 anos em 5". JK e Lucas Lopes eram tão próximos que seus filhos vieram a se casar.

Após o teto, próxima vítima poderá ser a autonomia do Bacen

Depois de presidir o BNDE (o "S" só viria a ser acrescentado no início da década de 1980), Lucas Lopes foi escalado para comandar a economia do país em meio ao desequilíbrio das contas públicas gerado principalmente pela construção de Brasília. Ao lado de Roberto Campos, concebeu o Plano de Estabilização Monetária (PEM),

cujo propósito era deter o crescimento do déficit público por meio de um controle mais rígido dos gastos e aprovar uma minirreforma tributária destinada a aumentar a arrecadação, além de reduzir a expansão do crédito para aliviar a inflação. A dupla Lopes & Campos ainda planejava rever a política de incentivos para o café e iniciou negociações de um novo empréstimo junto ao FMI para evitar uma crise cambial.

Qualquer ministro da Fazenda que tenha que defender a austeridade fiscal frente a um presidente que só pensa na sua popularidade vive em permanente estresse - e o de Lucas Lopes era tão grande que ele acabou sofrendo um infarto em 30 de maio de 1959. Com o grande amigo (e futuro consogro) correndo risco de vida, JK não pensou duas vezes: nomeou o expansionista Sebastião Paes de Almeida em seu lugar, rompeu com o FMI, autorizou um reajuste no preço do café e ampliou ainda mais os gastos públicos para entregar a nova capital dentro do prazo. Se o populismo de um político não respeita nem os laços pessoais mais íntimos, não serão as instituições econômicas que o deterão.

Em 2018 foi lançado o best-seller “Como as Democracias Morrem”, escrito por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, ambos professores de ciência política de Harvard. O argumento central do livro é que líderes autoritários estariam sorrateiramente enfraquecendo as instituições ao rejeitarem as regras do jogo democrático, encorajarem a intolerância e a violência e restringirem as liberdades civis, atacando especialmente a imprensa.

Desde a campanha eleitoral, Bolsonaro vem sendo apontado como o exemplar brasileiro dessa nova safra de governantes que buscam permanecer no poder e impor suas vontades não pelo uso de tanques e metralhadoras, mas por forçarem diuturnamente as grades de proteção da democracia.

A aliança firmada com o Centrão nos últimos meses tende a arrefecer esses temores. Cada vez mais refém da “velha política” para proteger a si mesmo e à sua família de processos e também para ampliar sua aprovação entre a população mais pobre do Norte e do Nordeste, parece que não é mais a democracia quem corre perigo no Brasil - mas sim a economia.

Bolsonaro colheu os frutos imediatos da enorme injeção de recursos públicos para combater os efeitos do coronavírus sobre trabalhadores e empresas. Com a popularidade em níveis recordes, inebriou-se com a perspectiva de uma vitória fácil quando tentar a reeleição. O problema é que 2022 está muito distante.

Os sinais de desequilíbrio na economia brasileira aparecem em todas as frentes. O déficit e a dívida pública estão em trajetória explosiva, elevando o risco-país e afugentando o capital externo. A saída de investidores pressiona a taxa de câmbio, que encarece insumos importados e estimula o agronegócio e indústrias nacionais a direcionarem suas vendas ao exterior. Os índices no atacado já mostram uma forte inflação de custos e os consumidores nos supermercados se assustam com os preços dos alimentos.

Tecnicamente, não há muita dúvida sobre o caminho para recuperar o equilíbrio. Passado o pior da pandemia, caberia ao governo recolher a artilharia fiscal montada para combater a covid e avançar nas causas estruturais de um desequilíbrio que já incomodava desde antes da chegada do vírus: trabalhar pela aprovação das PECs emergencial e do pacto federativo e atacar uma reforma administrativa muito mais corajosa do que a apresentada ao Congresso no mês passado.

O problema é que o receituário técnico entra em colisão com as ambições políticas de Bolsonaro. Um ajuste rigoroso pode abortar a recuperação e inviabiliza a continuidade dos agrados distribuídos aos futuros eleitores de 2022. O teto de gastos parece ser a primeira vítima do populismo fiscal do Palácio do Planalto. Mas é pouco provável que o ataque às instituições econômicas pare por aí.

O abandono do teto e a falta de comprometimento do governo com a sustentabilidade das contas públicas elevarão ainda mais o câmbio ao longo de 2021 e 2022, pressionando a inflação. Estará o presidente preparado para ver o dólar romper a barreira dos R\$ 6 ou R\$ 7? À medida em que a eleição se aproximar, será que Bolsonaro aceitará passivamente aumentos na taxa de juros?

Uma vez derrubado o teto de gastos, quem entra na mira do populismo presidencial é a autonomia operacional do Banco Central. Para não colocar em risco seus planos eleitorais, não me surpreenderia se Bolsonaro tentasse influenciar o Comitê de Política Monetária por uma maior leniência com a inflação ou até mesmo pela busca

de soluções “criativas” para conter a taxa de câmbio, como o uso mais intenso das reservas internacionais ou medidas de controle de saída de capitais.

Nestes novos tempos, são incomuns as grandes rupturas macroeconômicas provocadas por declaração de moratórias, confisco de poupanças ou rompimento com o FMI. O perigo hoje em dia é o sorrateiro enfraquecimento das instituições econômicas por líderes populistas que só pensam em permanecer no poder a qualquer custo.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul

R\$ 1.189,99 - [AMERICANAS.COM](https://www.americanas.com)

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

[AMAZON.COM.BR](https://www.amazon.com.br)

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas

R\$ 29,99 - [MARISA](https://www.marisa.com.br)

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A01 Dual Chip Android 10 Tela Infinita 5.7" 32GB Câmera Dupla 13MP + 2MP

[RIACHUELO](https://www.riachuelo.com.br)

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

[RENOV BY MERCEDES-BENZ](https://www.renov.com.br)

LINK PATROCINADO

Novos planos de internet móvel são mais baratos do que nunca. Veja ofertas

[PLANOS DE CELULAR | LINKS PATROCINADOS](#)

Governo federal não pode deixar de pagar suas dívidas

O respeito a contratos e a decisões judiciais é uma das bases do Estado democrático de direito

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O que mais espanta na proposta de limitar o pagamento de precatórios pela União e usar os recursos que sobrarem para custear o novo programa social do governo, chamado por alguns de Renda Cidadã e por outros de Renda Brasil, é que ela teve a chancela do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes. Os dois estavam presentes no momento em que o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta orçamentária para 2021, a anunciou, no Palácio da Alvorada, em nome do governo.

O precatório é uma requisição de pagamento expedida pela Justiça para que a Fazenda pública (da União, do Estado ou do município) pague um determinado débito. Ele é o resultado de uma ação que tramitou na Justiça, normalmente durante anos, passando por todas as instâncias devidas, e já com decisão definitiva, transitada em julgado. Ou seja, o gestor público não tem mais como recorrer. Só lhe resta pagar. O precatório, portanto, é uma dívida líquida e certa da Fazenda pública.

Compete ao Presidente do Tribunal em que o processo tramitou formular a requisição do pagamento. No caso da União, em julho de cada ano, os Tribunais Superiores encaminham ao Executivo a relação dos precatórios que deverão ser incorporados à despesa orçamentária do exercício seguinte. O governo não tem, portanto, qualquer interferência sobre o valor anual dessa despesa.

O precatório resulta de ação do cidadão contra o Poder público. As ações tratam de tudo, desde reparações por desapropriações feitas pela União, Estados ou municípios, perdas em virtude de medidas adotadas por equipes econômicas no passado que prejudicaram empresas, até queixas contra o INSS pelo não pagamento devido de aposentadorias e pensões, entre outros benefícios. É o cidadão que se sentiu lesado em seus direitos pelo agente público e recorre ao Judiciário.

Ao propor um limite para o pagamento dos precatórios, o governo está simplesmente dizendo que não quer pagar o montante que a Justiça determinou. Ou melhor, só pagará um determinado valor. O resto, ficará para ser pago pelas gerações futuras. Em última análise, a atual geração está transferindo a conta de uma despesa que fez para ser paga pelas gerações seguintes.

A forte reação da sociedade brasileira a essa proposta, que foi expressa na mídia na semana passada, indica um amadurecimento importante, que precisa ser comemorado. A sociedade expressou sua indignação com uma iniciativa do governo federal que claramente desrespeita decisões judiciais.

O respeito a contratos e a decisões judiciais é uma das bases do Estado democrático de direito. Um governo que propõe não honrar o pagamento de suas dívidas está ferindo o compromisso de respeitar esses princípios. Não se pode aceitar o calote como algo justificável, mesmo que sua finalidade seja, como neste caso, para financiar um gasto social. O Brasil deixou claro isso na semana passada.

Outro fato surpreendente foi a suspeita levantada pelo ministro Paulo Guedes, ao sugerir que estaria ocorrendo “uma indústria do precatório”, pois esta despesa da União, segundo informou, “explodiu” nos últimos anos. Ela teria sido de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões no período do governo da ex-presidente Dilma Rousseff e teria saltado para R\$ 55 bilhões em 2021.

Sem dúvida, a despesa com o pagamento de precatórios vem crescendo muito. De acordo com dados do Siga Brasil, o sistema eletrônico de acompanhamento orçamentário do Senado, esse gasto ficou em R\$ 14,2 bilhões em 2012, em valores correntes, passou para R\$ 24,6 bilhões em 2015 e para R\$ 41,3 bilhões no ano

passado. A previsão orçamentária para este ano é de R\$ 54,3 bilhões, sendo que, até setembro, já havia sido pago R\$ 44,1 bilhões. Para 2021, a previsão é de R\$ 55,5 bilhões, sendo R\$ 17,2 bilhões de sentenças judiciais de pequeno valor (até 60 salários mínimos).

É evidente que, como qualquer despesa pública, o pagamento de precatórios precisa estar sujeito a avaliações. É uma boa iniciativa que se faça uma análise criteriosa dessa despesa para que sejam verificadas as razões desse forte crescimento.

Não parece ser prudente, no entanto, fazer ilações no sentido de que estaria existindo uma “indústria de precatórios”, pois isso levanta sérias suspeitas sobre todo o Judiciário.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul

R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Conheça o Spotify Premium e dê fim às interrupções

SPOTIFY PREMIUM

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas

R\$ 29,99 - MARISA

LINK PATROCINADO

Novos planos de internet móvel são mais baratos do que nunca. Veja ofertas

PLANOS DE CELULAR | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

Grupos econômicos e execuções fiscais

Não é a caracterização do grupo econômico em si que enseja a responsabilização solidária, mas o abuso da personalidade jurídica

Por Daniel Zugman e Frederico Bastos

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

No atual panorama de crise econômica, no qual cresce o inadimplemento de obrigações tributárias, uma empresa pode correr o risco de sofrer execuções fiscais mesmo se estiver com as contas em dia. Isso porque as procuradorias das Fazendas Públicas recorrentemente realizam pedidos de redirecionamento de execuções fiscais do CNPJ devedor para outras empresas do mesmo grupo.

A esse respeito, há controvérsia na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a necessidade de instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) para o redirecionamento da execução fiscal. Há decisões em ambos os sentidos - pela incompatibilidade entre o IDPJ e a Lei de Execuções Fiscais, e pela obrigatoriedade do IDPJ em determinadas circunstâncias.

Não é a caracterização do grupo econômico em si que enseja a responsabilização solidária, mas o abuso da personalidade jurídica

A unificação de um entendimento é fundamental para assegurar maior segurança jurídica e também porque o IDPJ garante ao contribuinte o direito ao contraditório e à ampla defesa em relação à execução fiscal redirecionada, bem como a suspensão do processo executivo.

Embora ainda se aguarde a consolidação da jurisprudência, é possível extrair pontos de referência que podem orientar os contribuintes a partir da análise das decisões mais recentes do STJ sobre o tema.

Primeiramente, o fato de pessoas jurídicas pertencerem a um mesmo grupo econômico, por si só, não autoriza a cobrança do crédito tributário, inadimplido pelo devedor original, contra outras empresas do mesmo grupo.

O IDPJ é descabido nos casos em que a pessoa jurídica para a qual se pretende redirecionar a execução consta na Certidão de Dívida Ativa (CDA). Mesmo que não conste no título executivo, ainda assim é descabido o IDPJ desde que o Fisco efetivamente demonstre a responsabilidade do novo devedor com base nos artigos 134 e 135 do Código Tributário Nacional (CTN).

Em casos não enquadrados nas referidas hipóteses, o redirecionamento depende da comprovação de abuso de personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Nesse caso, segundo decisões recentes do STJ, é imprescindível a instauração do IDPJ da pessoa jurídica devedora. Ressalte-se que com a abertura do incidente, recai sobre o Fisco o ônus de comprovar eventual abuso de personalidade.

Se o caso não se enquadrar em quaisquer das hipóteses acima, remanesce possibilidade de redirecionamento da execução fiscal com fundamento na responsabilidade solidária do art. 124 do CTN, baseada no “interesse comum” das partes.

Sobre isso, há dois aspectos que merecem destaque. O conceito de interesse comum pressupõe interesse jurídico das partes no fato gerador do tributo, e não meramente econômico, razão pela qual não se admite a responsabilização unicamente em virtude de se integrar o mesmo grupo e eventualmente se beneficiar economicamente de determinada situação praticada por outra empresa do grupo. Por interesse comum, portanto, entende-se a prática do fato gerador conjuntamente pelas empresas, ou a participação efetiva de ato fraudulento que tenha gerado economia tributária para uma das empresas.

Sendo assim, os grupos econômicos regulares, em que se respeita a personalidade jurídica das sociedades integrantes, mantendo-se sua autonomia patrimonial e operacional, não podem sofrer a responsabilização solidária do art. 124 do CTN.

Desta feita, não é a caracterização do grupo econômico em si que enseja a responsabilização solidária, mas o abuso da personalidade jurídica. Isso, inclusive, foi expressamente consignado no art. 50 do Código Civil, que foi alterado recentemente para detalhar as hipóteses de desconsideração de personalidade jurídica de devedor.

A outra hipótese do art. 124 do CTN diz respeito à existência de norma legal expressa que atribua responsabilidade tributária a terceiro vinculado ao fato gerador. Nesse caso, não há maiores discussões, já que o devedor a quem a execução é redirecionada está expressamente vinculado ao fato gerador desde o nascimento da obrigação tributária.

Portanto, é possível interpretar, a partir da jurisprudência do STJ, que o redirecionamento de execução fiscal a pessoa jurídica que integra o mesmo grupo econômico da sociedade originalmente executada, independe da instauração do IDPJ caso: (a) a pessoa jurídica objeto do redirecionamento conste da CDA; (b) comprovadamente verifique-se uma das hipóteses de responsabilização de terceiros (artigos 134 e 135 do CTN); (c) a pessoa jurídica tenha interesse comum no fato gerador (i.e., interesse jurídico), juntamente à empresa devedora (artigo 124, I, do CTN), e (d) exista norma expressa atribuindo responsabilidade tributária ao terceiro (artigo 124, II, do CTN).

Nas demais hipóteses, a Corte tem manifestações no sentido de que o IDPJ é compatível com a execução fiscal, devendo ser aplicado subsidiariamente de modo a permitir ao contribuinte o exercício do contraditório e da ampla defesa de maneira menos gravosa, bem como restringindo o redirecionamento de execução fiscal apenas após comprovado abuso de personalidade da pessoa jurídica devedora.

Daniel Zugman e Frederico Bastos são sócios da área tributária do escritório BVZ Advogados e professores de Direito Tributário nas instituições Insper, FGV e Ibmecc.

Mercado teme crescente risco fiscal

Apesar de estar sob críticas, Guedes ainda é encarado como freio a 'risco Dilma'

Por **Maria Luíza Filgueiras, Talita Moreira e Sérgio Tauhata** — De São Paulo

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo brasileiro começou a flertar com o populismo fiscal, acendendo um alerta no mercado financeiro. Voltou a circular entre executivos de bancos e gestores a discussão sobre uma eventual saída do ministro da Economia, Paulo Guedes, desgostoso com a situação ou expelido politicamente, e também sobre sua eficácia em implementar medidas de responsabilidade fiscal e conter arroubos do Planalto. Mas, mesmo sob uma saraivada de críticas, o mercado ainda enxerga no ministro a barreira contra o que os agentes financeiros já vêm chamando de “risco Dilma”.

“Sabemos como o populismo fiscal começa, com aumento de despesas sem contrapartida de redução, e sabemos como termina: aumento de prêmio de risco, aumento de inflação e taxa de juros, aumento de carga tributária e, por consequência, recessão. É Dilma outra vez”, diz um banqueiro, que preferiu não ser identificado.

Depois do anúncio do programa social Renda Cidadã, com a intenção do uso de precatórios para viabilizá-lo, o entendimento de executivos de grandes instituições financeiras é que o risco fiscal aumentou e que os desentendimentos entre Guedes e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em meio a discursos desencontrados com o presidente Jair Bolsonaro, adicionaram ruídos sobre o rumo da condução da economia brasileira. A cena só piorou no final da semana passada, com a troca de alfinetadas entre Guedes e o ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.



Ads by Teads

Guedes participou do anúncio do Renda Cidadã, mas depois declarou ser contra o uso de precatórios, que seria uma forma indireta de furar o teto de gastos. Marinho teria dito a investidores que “da melhor ou pior forma” o programa social seria executado, criticado a postura de Guedes e cogitado um estouro de R\$ 70 bilhões no Orçamento. Guedes rebateu, chamando Marinho de “despreparado, desleal e fura-teto”.

“Existe a preocupação com a saída dele, dado os desencontros com o presidente e a piora da interlocução com a Câmara. Mas isso não está precificado e seria mal-recebido”, diz o chefe de um banco de investimento.

A preocupação fiscal, no entanto, ficou clara nos ativos financeiros na última semana. O Ibovespa sofreu queda de 3,08% na semana passada e desceu para o nível dos 94 mil pontos, enquanto o dólar subiu 2%, para R\$ 5,67. No mercado de juros futuros, a taxa do contrato de DI para janeiro de 2025 foi de 6,21% para 6,82% anuais.

Há críticas também sobre a inabilidade do ministro em amarrar as reformas prometidas. Porém, Guedes continua sendo considerado o fiel da balança. Uma eventual saída do ministro faria “o caldo entornar”, como define o presidente de instituição financeira. “Apesar das trapalhadas enormes, sendo a última se associar a esse anúncio desastroso [do programa social], não chegamos ao ponto de achar que é melhor sem ele. Guedes ainda representa a esperança contra a sede de populismo fiscal, que compromete, sem dúvida nenhuma, a dinâmica futura de crescimento”, disse o banqueiro.

Um outro presidente de banco afirma ser perceptível o “clima ruim” entre Guedes e outros ministros e o Legislativo, ao mesmo tempo em que Bolsonaro “parece apoiá-lo” em público. De acordo com esse interlocutor, o problema não é se Guedes sai ou fica, mas a sinalização do governo sobre o compromisso com o equilíbrio das contas públicas. “Se ele sai e entra o Roberto Campos Neto [presidente do BC], o mercado pode até subir. Se ele sai e entra um gastador, aí será uma tragédia”, diz.

Uma eventual troca de Guedes por Campos, entretanto, não é uma solução que agradaria a todos. Um executivo graduado de outra instituição diz ver no atual presidente do BC a defesa de uma “agenda própria”, pela postura que vem adotando em temas como “open banking” e pagamentos instantâneos. De acordo com essa fonte, Campos tem sido intransigente diante dos alertas das instituições financeiras de que seria mais prudente adotar o sistema de pagamento instantâneo Pix de forma faseada e adiar o início do open banking, previsto para novembro.

As grandes instituições financeiras não são muito ligadas a Guedes, embora apoiem a agenda liberal defendida por ele. O ministro, por sua vez, não esconde suas ressalvas aos bancos pelo poder de mercado que detêm. Em maio, chegou a dizer que “200 milhões de trouxas” são explorados por seis bancos em uma “live” com o presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher.

Outro executivo graduado de um grande banco afirma que “ninguém é insubstituível”, mas a saída de Guedes provocaria um soluço no mercado no curto prazo. “No longo, o perigo é [Bolsonaro] escolher errado”, diz. Para esse interlocutor, no caso da saída do ministro não haveria substitutos óbvios. Ele vê com ressalvas uma possível escolha de Campos. O presidente do BC, afirma, segue a cartilha de Guedes, mas pode ter exagerado no ritmo de corte da Selic, provocando pressão inflacionária.

Na visão de profissionais do mercado financeiro ouvidos pelo **Valor**, a forte alta dos juros de longo prazo, do dólar e a queda da bolsa na semana passada revelam, em grande medida, que o mercado já não confia em Guedes como um guardião das boas práticas fiscais. “Onde está aquele leão que assumiu o ministério no começo do governo?”, questiona uma fonte. “Esse ministro não existe mais, é como se ele tivesse saído.”

Fabrizio Taschetto, sócio-fundador e executivo-chefe de investimentos da ACE Capital, diz que “está muito claro que o Guedes está mais fraco, muito mais fraco agora do que há dois meses, e o meio político é que vem predominando na discussão fiscal. Não me surpreenderia se tivéssemos mais notícias ruins pela frente na parte fiscal, que acabam impactando juros e câmbio”.

“A questão fiscal de fato preocupa e, na verdade, o mercado já embute bastante coisa negativa nos preços, um nível de incerteza bastante grande com uma taxa de juros para seis anos na casa de 7%. O problema é a impressão de que as coisas podem sair dos eixos. O mercado até vinha com certo otimismo em relação à recuperação até setembro, mas se o governo começar a se aventurar muito nesse flerte com ‘soluções mais criativas’ nas contas a gente vê que ainda tem espaço para piorar”, afirma Ulisses Nehmi, CEO da Sparta. **(Colaborou Lucinda Pinto)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A30s 64GB Dual Chip Android 9.0 Tela 6.4" Octa-Core 4G Câmera Tripla 25MP + 5MP + 8MP - Preto

R\$ 1.499 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Conheça o Spotify Premium e dê fim às interrupções

SPOTIFY PREMIUM

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas

R\$ 29,99 - MARISA

LINK PATROCINADO

Novos planos de internet móvel são mais baratos do que nunca. Veja ofertas

PLANOS DE CELULAR | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Instale esse app e venda online grátis direto de Camaçari

OLIST

Pandemia pode levar à extensão de ações emergenciais em 2021

Começa a ser discutida a necessidade de prorrogar outros programas criados para lidar com a pandemia, como o Pronampe e a redução a zero do IOF no crédito

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Tirado de cena depois de uma semana turbulenta, o Renda Cidadã não é o único ponto de dúvida sobre a transição do atual regime de guerra nas contas públicas e o ano de 2021. Discretamente, começa a ser discutida a necessidade de prorrogar outros programas criados para lidar com a pandemia, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito. O ponto em comum: não há dinheiro para mantê-los no ano que vem.

Na equipe econômica, a diretriz é restringir todos os programas emergenciais a 2020 e caracterizar este ano como um ponto fora da curva na estratégia de ajuste fiscal. No entanto, essa não parece ser uma cláusula pétrea. A pandemia pode impor a continuidade de alguns desses programas, segundo admitiram integrantes da equipe econômica.

“Sobre a questão do alongamento desses programas: nós temos sempre que analisar as características específicas da pandemia”, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em audiência pública no Congresso, na segunda-feira passada. “Então, dentro do possível, manter novas despesas contidas em 2020 para que tenhamos condições de busca de equilíbrio fiscal mais à frente.”

Ele respondia a questionamentos do senador Espiridião Amin (PP-SC) e do deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) sobre a possibilidade de prorrogar ou até mesmo perenizar o Pronampe.

Comentário semelhante foi feito pelo chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, a uma pergunta sobre a manutenção, em 2021, da alíquota zero do IOF sobre operações de crédito. Ele disse que, se as condições econômicas que determinaram a adoção do benefício permanecerem, a prorrogação poderá ser discutida.

Na sexta-feira à noite, o Ministério da Economia anunciou a extensão do IOF zerado por 90 dias, até o fim de dezembro. A renúncia estimada para os próximos três meses é de R\$ 6,2 bilhões.

O fim do auxílio emergencial, por sua vez, preocupa os secretários estaduais de Fazenda. Mesmo no Mato Grosso, onde as exportações subiram fortemente neste ano, o benefício foi pago a quase um terço da população (1 milhão de pessoas para um total de 3,5 milhões), informou o secretário Rogério Gallo num webinar do BRICs Policy Center e da Insight Inteligência. Com isso, comércio e construção civil foram beneficiados. “O desmame nos preocupa.”

No mesmo evento, o secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, sugeriu que o auxílio seja prorrogado aos primeiros meses de 2021, quando a pandemia ainda não estará equacionada. Ele observou que outros países já discutem novos pacotes fiscais, diante dos riscos de segunda onda da doença.

A falta de resposta a essas pressões alimenta incertezas quanto à condução da política fiscal, que já cobram seu preço. O perfil da dívida pública brasileira tem piorado: os prazos dos papéis estão mais curtos e os juros, mais elevados. As dúvidas contribuem para a desvalorização do real. Um eventual rompimento do teto de gastos levaria o Banco Central a rever sua linha de ação em relação à taxa de juros, já informou o presidente Roberto Campos Neto.

“Se o governo e o Congresso querem expandir os programas, têm de mostrar onde vão cortar”, afirmou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe

Salto. Há algum espaço nas despesas discricionárias, mas este está cada vez menor e demandando maior sacrifício dos investimentos.

Restaria cortar nas despesas obrigatórias, o que exigiria medidas como o congelamento nominal de salários do funcionalismo, redução de jornada e salários ou o corte de subsídios creditícios, sugeriu. Alternativamente, o governo poderia elevar a carga tributária. Se o governo “fizer a lição de casa” e cortar tudo o que for possível, poderá até romper o teto de gastos, afirma o diretor da IFI. “Romper o teto faz parte da regra.”

Nesse caso, seriam acionados gatilhos para cortar despesas e o governo ganharia tempo para aprimorar todo o mecanismo. Tendo feito todo o ajuste possível, haveria condições inclusive para discutir uma antecipação da revisão da regra, prevista para 2026. “A recuperação da economia está acontecendo e pode continuar, à medida em que houver um ambiente de responsabilidade fiscal e juros baixos”, comentou Salto.

A rigidez da regra do teto começa a incomodar o Congresso, principalmente pela dificuldade em investir, disse o senador Rogério Carvalho (PT-SE), autor da PEC 36, que pretende excluir várias despesas do teto em 2021 e 2022 e eliminar o limite em 2023. A proposição foi assinada por integrantes do DEM, PP, PL e MDB. “O teto hoje é uma trava para retomar a economia”, afirmou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul
R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day
AMAZON.COM.BR

LINK PATROCINADO

Blusa Feminina Renda Alças Finas
R\$ 29,99 - MARISA

LINK PATROCINADO

Tentativa de reconciliar Guedes e Maia

Reencontro entre o ministro e o presidente da Câmara será hoje na casa de Bruno Dantas, do TCU

Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Guedes e Maia: reforma tributária e desoneração da folha estarão no cardápio — Foto: Jorge William/Agência O Globo

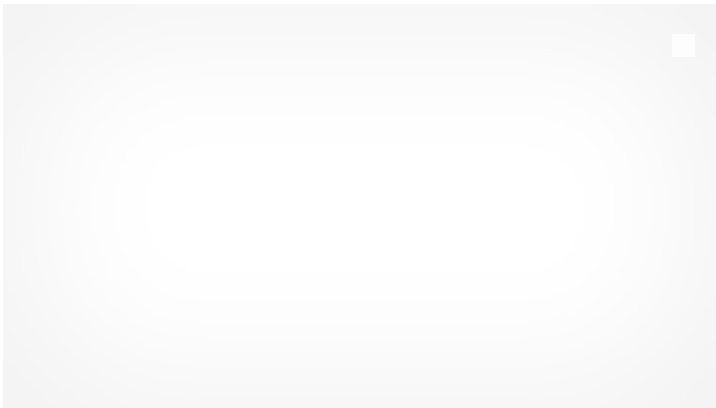
Senadores e ministros do Tribunal de Contas da União se juntaram para tentar reconciliar o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o ministro da

Economia, Paulo Guedes.

O reencontro acontecerá hoje durante um jantar na casa do ministro do TCU, Bruno Dantas. A pauta do reencontro passará pela tentativa de levar Guedes a desinterditar o debate sobre a reforma tributária e, por outro lado, fazer com que Maia aceite alguma tributação extra para financiar a desoneração da folha e o programa de renda básica. O ministro da Economia teme o protagonismo do presidente da Câmara na reforma tributária, enquanto este receia que o tema perca a prioridade se a votação de qualquer novo imposto entrar na pauta.

A ideia dos promotores do encontro é que uma reconciliação entre Maia e Guedes permitiria a união de ambos para convencer o presidente Jair Bolsonaro a cortar benefícios como o “vale alimentação” e o “auxílio creche” de servidores que ganhem mais de R\$ 5 mil por um período a ser definido. A estimativa é que o corte, em 12 meses, proporcione uma economia de R\$ 5 bilhões se estendida aos três poderes.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O desentendimento entre ambos chegou ao ápice no início da semana passada, quando Paulo Guedes deu curso a um boato de que Rodrigo Maia teria feito “um acordo” com a esquerda para travar as privatizações. Ao responder ao ministro, o presidente da Câmara sugeriu que ele não teria mais condições de permanecer no cargo. “Paulo Guedes está desequilibrado e deveria assistir ‘A Queda’, disse Maia, citando filme sobre o declínio do ditador nazista Adolf Hitler.

O alarme de fato soou quando, na sexta-feira, em um evento fechado com investidores, o ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, voltou a

criticar a inabilidade de Paulo Guedes para tocar as reformas constitucionais e abrir espaço fiscal para o programa de renda básica.

O ministro da Economia conseguiu do presidente aval para desancar Marinho de volta e recebeu de Bolsonaro o convite para um almoço no sábado no Alvorada. Como se sabe que Rogério Marinho tem aval do presidente Jair Bolsonaro, cresceu no mercado a percepção de que o racha no governo ultrapassara os limites do sustentável, pondo em questão a permanência de Guedes no cargo. Um sinal disso foi a reação do mercado de juros futuros, com uma variação média de 1,2% em um mês e impacto potencial sobre a dívida pública de R\$ 36 bilhões.

Além do ministro Bruno Dantas, entraram na articulação os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Katia Abreu (MDB-TO), além do presidente do TCU, José Múcio Monteiro, e o ministro do tribunal, Vital do Rego. O ministro das Comunicações, Fabio Faria, vai pedir autorização para desfalcar a comitiva do presidente numa agenda em São Paulo para participar do jantar.

É Renan, e não Guedes, quem deve propor, no jantar, a saída de uma tributação temporária para zerar o déficit. Depois de ficar por seis meses em sua fazenda em Murici, onde o sinal de celular só pegava num lugar chamado "Serra do Cão", o senador decidiu voltar para Brasília. E aproximou-se de Paulo Guedes com o leilão de saneamento em Alagoas, que contou com a formatação da secretaria especial do ministério que cuida do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Na sexta-feira, Múcio conversou por duas horas e meia com o presidente. No encontro, advogou em favor da necessidade de diminuir os atritos internos no governo ante a percepção crescente de que não há mais espaço para os dois ministros, Guedes e Marinho. A articulação também devolve Rodrigo Maia ao eixo da cena política. Além de contaminado pela covid-19, o presidente da Câmara teve seu protagonismo ofuscado pelo líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR) e pelo líder do PP, Arthur Lira (PP-AL).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul

Tesouro vê déficit de R\$ 46 bilhões entre caixa livre e despesa em 2020

Isso indica um crescente risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no futuro

Por **Fabio Graner** — De Brasília

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

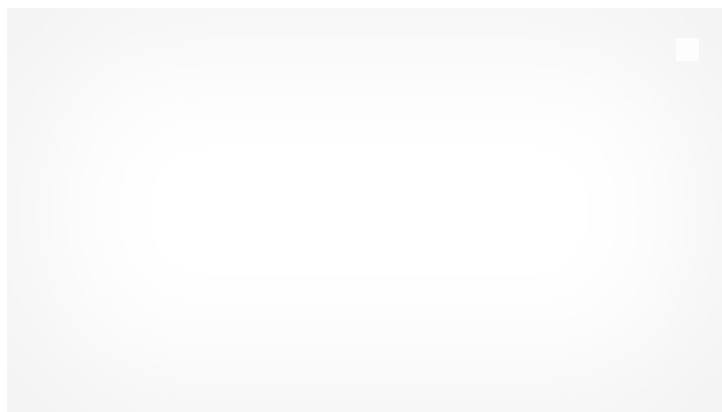


O Tesouro constatou a possibilidade de encerrar este ano com um uma insuficiência de R\$ 46 bilhões entre o caixa de recursos livres (sem vinculações orçamentárias) e suas despesas programadas (incluindo restos a pagar). Isso indica um crescente risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no futuro.

No início do ano, essa estimativa estava positiva em R\$ 42 bilhões para o fechamento de 2020. A virada de mais de R\$ 80 bilhões aponta uma tendência preocupante, e significa que o governo está consumindo muito rapidamente sua reserva financeira, embora essa regra só poderá configurar uma ilegalidade se for descumprida pelo governo em 2022.

Por conta da piora nesse quadro, o Ministério da Economia alertou em seu último relatório bimestral para a necessidade de se discutir uma maior desvinculação de recursos orçamentários, para cobrir o buraco que começa a aparecer no horizonte.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O artigo 42 da LRF proíbe que os poderes e órgãos do setor público assumam nos dois últimos quadrimestres de seus mandatos despesas que não possam ser cumpridas integralmente dentro dele. Nesse cenário, se algo ficar para o ano seguinte, é necessário reservar caixa em volume suficiente para fazer frente a esses restos a pagar.

Essa regra tem sido uma fonte de contenção importante dos ímpetos de prefeitos e governadores em ano eleitoral. No caso da União, que sempre teve um enorme caixa, isso nunca foi problema. Mas, com essa reserva financeira consumida

rapidamente por conta da sucessão de déficits fiscais nos últimos anos, agravada pela pandemia da covid-19, esse elemento é mais uma fonte de preocupação.

“O valor divulgado no relatório bimestral relativo ao mês de setembro de 2020 evidencia que, se forem executadas todas as despesas financiadas por essas fontes livres ou eventualmente por outras fontes vinculadas que estejam apresentando frustração de arrecadação, as disponibilidades de caixa das fontes ordinárias ‘livres’, ao final do ano, não serão suficientes em R\$ 46,1 bilhões para o pagamento ou para inscrição integral em restos a pagar dessas despesas, se não houver providências para adequação das fontes”, explicou o Tesouro em nota ao **Valor**.

Por um acerto com o Tribunal de Contas da União (TCU), o órgão precisa apurar essa relação entre seu caixa e as despesas contratadas anualmente, mesmo com a lei falando apenas do último ano de mandato. O Tribunal cobra do governo que evite a chamada “inversão de fontes”, jargão técnico que indica que o caixa de recursos é menor do que os compromissos assumidos em determinadas rubricas do orçamento. Esse saldo negativo leva o governo a buscar autorização do Congresso para descarimbar recursos de áreas com superávit para bancar as deficitárias.

Há uma discussão de técnicos se caberia apurar essa relação entre o caixa e as obrigações por fonte de recursos. A leitura é que a interpretação mais restritiva adotada pelo Tesouro tem objetivo político de estimular a discussão sobre revisão das vinculações no orçamento federal. É que a lei não explicita qual a forma correta de apuração e, na visão de alguns, bastaria calcular a relação geral entre o caixa total e as obrigações, o que praticamente eliminaria o risco de um resultado negativo.

“Uma coisa é flexibilizar o saldo existente, outra é revogar a vinculação. O Executivo talvez esteja querendo acabar com as vinculações orçamentárias estabelecidas pelo Congresso, o que acho mais complicado... E tenhamos claro que o problema não são as vinculações. Elas existem em outros países, como nos Estados Unidos”, disse o especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro. “O problema é não avaliar o custo e o benefício das vinculações periodicamente por meio de um sistema transparente e objetivo. Boas vinculações devem ser mantidas”, completou o economista.

Ribeiro reforça que o artigo 42 é para final de mandato. “Faz muito sentido para eleição que teremos neste ano no nível municipal. A União está querendo usar como narrativa para defender a agenda de desvinculação do Guedes. Sem dúvida, escolheram mal a base do argumento no aspecto técnico”, acrescentou.

Outros especialistas apontam na mesma direção e enxergam uma espécie de “terrorismo fiscal” patrocinado pelo próprio governo para tentar emplacar sua agenda de desvinculação.

O Tesouro, porém, se justifica. “Apesar desse dispositivo mencionar apenas os últimos quadrimestres do mandato presidencial, o princípio da boa gestão fiscal, também preceituado pela LRF, requer que esse acompanhamento e monitoramento sejam permanentes, de forma a evitar desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”, disse na nota ao **Valor**. “Note-se que a metodologia da apuração realizada pelo Tesouro decorre de interpretação da LRF e da necessidade de observar a legislação vigente quanto às vinculações de recursos existentes no arcabouço normativo” acrescentou o órgão, referindo-se a apuração “fonte por fonte”.

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, em recente entrevista ao **Valor**, comentou que o objetivo de se projetar essa relação entre fontes e despesas é uma boa prática. “O objetivo é que a gente tenha um acompanhamento para que, em 2022, quando tiver os dois quadrimestres anteriores à virada de mandato, que é o período crítico, os restos a pagar não sejam maiores do que as fontes livres. É para não ser surpreendido na hora”, afirmou. “A apuração em todo ano é questão de boa prática, transparência e de um acompanhamento próximo de algo que é importante, mas mirando em 2022”, disse, defendendo o projeto do deputado Mauro Benevides (PDT-CE) que promove uma ampla desvinculação de recursos de fundos públicos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A11 64GB 3GB RAM Dual Azul
R\$ 1.189,99 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

Três tetos distintos

Investimentos públicos em infraestrutura são o único “motor” de que o Brasil dispõe para uma retomada do crescimento

Por João Carlos Marchesan

05/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



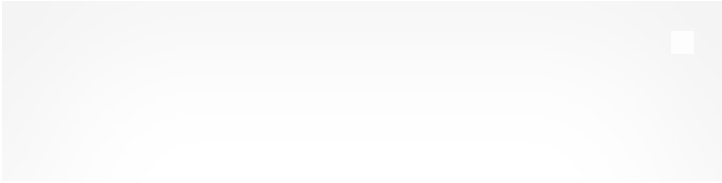


— Foto: Gabriel Monteiro/Agência O Globo

Há, na prática, um consenso sobre o fato do Brasil gastar muito acima de suas receitas e, principalmente, gastar muito mal, aí incluídos juros reais elevados. Isto acarreta um déficit primário constante, que é coberto, habitualmente, com a emissão de papéis, o que aumenta nossa dívida em relação ao PIB, até que este endividamento acabe chegando ao ponto de dificultar os investimentos do governo, além de afetar a rolagem da dívida pública e aumentar os juros, se tornando, assim, um óbice para o crescimento sustentado do país.

Esta tendência, que tem sido uma constante histórica, tem levado diversos governos a tentar limitar, sucessivamente, os gastos públicos através de leis específicas. Ao longo do tempo instituímos a regra de ouro, fizemos o superávit ou déficit primário constar no Ploa-Projeto de Lei Orçamentária Anual e a lei da responsabilidade fiscal ameaça prender o governante que gastar mais do que permitido até que, em desespero de causa, o governo conseguir inscrever na própria constituição o teto dos gastos como solução final para o problema.

Investimentos públicos em infraestrutura são o único “motor” de que o Brasil dispõe para uma retomada do crescimento



Mas, “fatta la legge, trovato l’inganno”, ou seja, quando a lei fecha uma porta, encontra-se outra saída, diz um velho ditado italiano e o fato é, que as boas intenções dos autores da lei e legisladores nem sempre resultam em boas soluções. Com o passar do tempo, as restrições das leis anteriores acabaram sendo flexibilizadas ou burladas, de um jeito ou de outro, e a lei do teto dos gastos, entendida como uma solução draconiana e definitiva para os gastos excessivos, ameaça criar mais problemas dos que pretendia resolver.

De fato, esta lei, ao obrigar que o total da despesa pública permaneça constante em valores reais, ao longo dos próximos anos, transforma a disputa pela fatia de cada uma das despesas do orçamento numa verdadeira luta livre, onde as corporações e lobbies mais fortes aumentam suas fatias do bolo, mesmo que o bolo não cresça, em detrimento dos setores menos organizados ou dos interesses difusos, ainda que estes afetem toda a sociedade. Até agora, quem perdeu espaço foram os investimentos e, em menor grau, saúde e educação.

Na verdade, as boas intenções dos autores da lei eram de certo modo uma utopia, quando imaginaram que, face ao crescimento vegetativo de certas despesas, como, por exemplo, as da Previdência Social e da Saúde, em função do envelhecimento da população, os legisladores reduziram os privilégios de alguns para manter, ou até aumentar, as despesas de interesse social como saúde, educação e transferências de renda. Na prática, entre cortar aposentadorias integrais e benefícios descabidos, ou cortar o SUS, o que se viu é que este último irá pagar o pato.

Há uma sensação crescente que a lei, além de não ser muito defensável, num país pobre como o Brasil, é inexequível. De fato, congelar o montante dos gastos com a saúde, educação, segurança e demais serviços públicos, ao longo dos próximos anos sem levar em conta o crescimento da população e suas carências mais prementes não é algo muito racional. Assim é imperativo alterar a lei, apesar de uma certa chantagem do “mercado” que recorre, sem muito fundamento, ao terror da insolvência e a outros espantalhos para manter o teto intocado.

Se, como é amplamente reconhecido, as principais distorções estão nos altos salários de parte do funcionalismo, em seus privilégios e penduricalhos, nas altas aposentadorias e pensões integrais que recebem, seria mais lógico que fossem estabelecidos três tetos distintos, sendo um para cada poder da república, que incluíssem todas as despesas com pessoal, tanto diretas quanto indiretas, incluindo os funcionários ativos e os inativos. Isto limitaria, “interna corporis”, a luta pela fatia do bolo sem que fossem canibalizados os setores menos organizados da sociedade.

Para evitar, como costuma acontecer, que os funcionários com salários mais baixos acabem por pagar a conta, deveria ser estabelecido um piso salarial, abaixo do qual não haveria cortes e/ou congelamentos. Nestas condições, a restrição estabelecida por cada um dos tetos, iria progressivamente garantir a redução paulatina do peso, nas contas públicas, dos salários elevados, das aposentadorias, pensões, e dos benefícios que os escalões mais altos do Legislativo, Judiciário e Executivo foram acumulando ao longo do tempo.

Entretanto, como governar não se resume a simplesmente cortar despesas, seria conveniente aproveitar a mudança da lei para criar uma área de serviços, que pudesse utilizar os ganhos com a redução de despesas, propiciados pelos três tetos. Começaríamos criando um orçamento separado, para os investimentos públicos em infraestrutura, priorizando projetos de baixa viabilidade econômica mas de alto retorno social, e organizando um sistema capaz de garantir uma renda mínima, que resgate os brasileiros da pobreza absoluta.

A renda mínima tem reflexos imediatos sobre o consumo, como o auxílio emergencial está comprovando, e os investimentos públicos em infraestrutura têm um efeito multiplicador elevado porque, além de gerar um considerável volume de empregos, criam demanda em muitas cadeias produtivas, desde matéria primas até equipamentos industriais, demanda esta que se espalha pela economia como um todo servindo de estímulo para a retomada dos investimentos privados que sumiram na pandemia.

Na realidade os investimentos públicos em infraestrutura são o único “motor” de que o Brasil dispõe para uma retomada do crescimento que não fique limitado à média medíocre dos últimos anos. Para os mais conservadores e preocupados com o fiscal: se a economia pega no tranco, a arrecadação aparece e mitiga os gastos